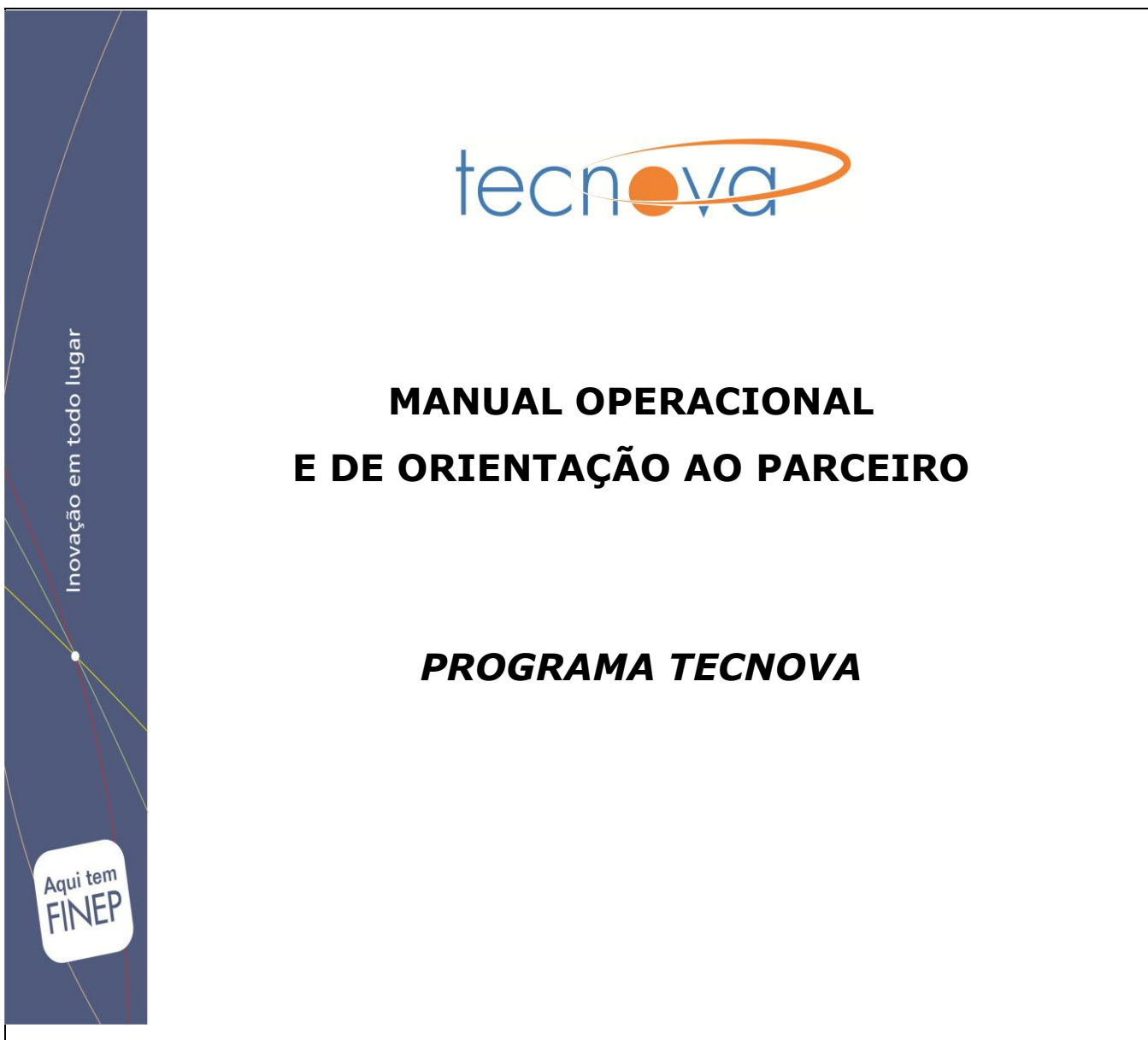


EMITENTE:	Departamento de Operações de Subvenção - DODS
COEXECUTORES:	DCCT / DSIS / DEPO
APROVADOR:	APLA

Histórico das revisões		
Rev. Nº	Data	Descrição
0.0	/ /2010	NÃO HÁ



**tecnova**

**MANUAL OPERACIONAL  
E DE ORIENTAÇÃO AO PARCEIRO**

**PROGRAMA TECNOVA**

Inovação em todo lugar

Aqui tem  
FINEP

## SUMÁRIO

### Introdução ao Programa TECNOVA

- Aspectos gerais do Programa TECNOVA
  - ❖ Aspectos gerais da Ação Transversal para seleção, estruturação e capacitação dos Parceiros
  - ❖ Aspectos gerais da Subvenção Econômica

### Parte I – Ação Transversal para seleção, estruturação e capacitação dos parceiros

- I.1. Público-Alvo
- I.2. Condições Operacionais
  - I.2.1. Processo de seleção
  - I.2.2. Temais regionais e nacionais para captação e apoio às empresas
  - I.2.3. Características da proposta
  - I.2.4. Recursos financeiros
  - I.2.5. Contrapartida dos parceiros
  - I.2.6. Itens financiáveis
  - I.2.7. Prazos
  - I.2.8. Apresentação de propostas – FAP
  - I.2.9. Processo de contratação
- I.3. Acompanhamento e Liberação de Recursos
  - I.3.1. Processo de acompanhamento e liberação de recursos
    - I.3.1.1. Itens de Controle

### ANEXOS

- Anexo I – Instrumentos Contratuais com os Parceiros
- Anexo II – Relatório Consolidado das Empresas Contratadas
- Anexo III – Relatórios de Itens de Controle
- Anexo IV - Macroprocesso versão resumida
- Anexo V – Diretrizes Estratégicas do Programa
- Anexo VI - Glossário

### Parte II – Subvenção Econômica Descentralizada (em construção)

## INTRODUÇÃO AO PROGRAMA TECNOVA

O programa TECNOVA visa apoiar as micro-empresas e empresas de pequeno porte via parceiros descentralizados, estruturados e capacitados para desempenhar os papéis da FINEP em seus estados. Pode ser entendido como a conjunção de duas estruturas distintas.

A primeira constituída de uma ação transversal com recursos do FNDCT, destinados à estruturar, organizar e capacitar parceiros nos diversos estados da federação para operar o programa TECNOVA.

A segunda constituída da subvenção econômica para micro-empresas e empresas de pequeno porte a ser operada descentralizadamente por tais parceiros selecionados. Os recursos destinados à subvenção para as empresas serão repassados via realização de contratos de transferência de recursos entre a FINEP e os parceiros selecionados na ação transversal.



Este manual está estruturado em **duas partes**. A primeira parte trata da ação transversal e todos os conceitos, processos, instrumentos e respectivas responsabilidades dos parceiros. A segunda parte trata especificamente da subvenção econômica, seus conceitos, processos, instrumentos e respectivas responsabilidades dos parceiros e das empresas.

## **INTRODUÇÃO AO PROGRAMA TECNOVA – ASPECTOS GERAIS DA AÇÃO TRANSVERSAL PARA SELEÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PARCEIROS**

Apoiar a infraestrutura, organização e capacitação dos parceiros descentralizados a serem selecionados no nível estadual. Estes parceiros conduzirão o programa de Subvenção Econômica para as micro-empresas e empresas de pequeno porte nos respectivos estados (Programa TECNOVA).

Com a implementação da presente ação objetiva-se alcançar e reforçar no âmbito estadual a atuação de parceiros dando maior capilaridade e eficiência às ações operacionais da FINEP e fortalecendo os sistemas estaduais de inovação.

A ação será implementada por meio do estabelecimento de **Convênios** a serem firmados entre a FINEP e os Parceiros selecionados, buscando atender a demanda por recursos financeiros e atividades de suporte às microempresas e empresas de pequeno porte em todas as regiões do país.  
**(anexo 1 – Instrumentos Contratuais com os Parceiros)**

Os Parceiros Descentralizados Estaduais serão responsáveis pelo repasse e operacionalização dos recursos de Subvenção Econômica estimados em R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões) visando apoiar financeiramente a inovação em micro empresas e empresas de pequeno porte, em consonância com os Planos Estratégicos do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), Política Industrial do Governo Federal e as políticas estaduais de inovação.

Estes recursos serão repassados aos parceiros via “**Contrato de Transferência de Recursos de Subvenção Econômica**” a ser firmado entre as partes. **(anexo 1 – Instrumentos Contratuais com os Parceiros)**

## **INTRODUÇÃO AO PROGRAMA TECNOVA – ASPECTOS GERAIS DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA**

A subvenção econômica à inovação é um dos principais instrumentos de política de governo, largamente utilizado em países desenvolvidos para estimular e promover a inovação, sendo operado de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio – OMC.

A subvenção econômica busca mitigar uma deficiência ou ausência de ânimo por parte dos agentes privados por determinadas oportunidades de produtos inovadores apontados pelo interesse público. A ausência de ânimo ocorre quando as empresas consideram que os novos produtos inovadores alcançarão mercados muito restritos ou quando vislumbram novos mercados promissores de produtos, mas que esbarrarão em mercados financeiros ou de capitais indiferentes, que inviabilizarão os investimentos necessários. Desta forma, com vistas a atender ao interesse público em inovação, a subvenção econômica pode estar presente em duas situações:

- **Temas prioritários** – quando determinadas necessidades não são atraentes para o setor privado;
- **Meios prioritários** – quando o ânimo privado existe, mas está impedido de ser desenvolvido por deficiências relevantes nos mercados de fatores – principalmente, os de capitais financeiro e humano – que seriam objeto de outras ações públicas.

Essa modalidade de financiamento foi criada a partir da aprovação e da regulamentação da Lei de Inovação ([Lei 10.973](#), de 02.12.2004, regulamentada pelo [Decreto 5.563](#), de 11.10.2005) e da Lei do BEM ([Lei 11.196](#), de 21.11.2005, regulamentada pelo [Decreto 5.798](#) de 07.07.2006). Ela permite a aplicação de recursos públicos não reembolsáveis diretamente em empresas nacionais que desenvolvam projetos de inovação estratégicos para o país, compartilhando os custos e os riscos inerentes a tais atividades.

Pelo [Decreto 5.563](#), artigo 20, §7º “ A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP estabelecerá convênios e credenciará agências de fomento regionais, estaduais e locais, e instituições de crédito oficiais, visando descentralizar e aumentar a capilaridade dos programas de concessão de subvenção às microempresas e empresas de pequeno porte.”

Tem por objetivo ampliar as atividades de inovação e incrementar a competitividade das empresas e da economia do País. A subvenção pode ser aplicada no custeio de atividades de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação em empresas nacionais. Existem dois tipos de subvenção econômica a empresas, uma relacionada à Lei da Inovação e outra relacionada à Lei do Bem. A subvenção da Lei da Inovação é destinada à cobertura das despesas de custeio das atividades de inovação, incluindo pessoal, matérias primas, serviços de terceiros, patentes, e ainda despesas de conservação e adaptação de bens imóveis com destinação específica para inovação. A subvenção da Lei do Bem é destinada ao ressarcimento de parte do valor da remuneração de pesquisadores titulados como Mestres ou Doutores que venham a ser contratados pelas empresas.

Nesse sentido, a Lei da Inovação estabelece: “[...] as agências de fomento promoverão e incentivarão o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais [...], mediante a concessão de recursos financeiros, [...], a serem ajustados em [...] contratos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional”.

***O programa TECNOVA é destinado a microempresas e empresas de pequeno porte, isto é, empresa com faturamento bruto até R\$ 3,6 MM.***

Este Manual destina-se a estabelecer uma visão geral do Programa TECNOVA (Subvenção Econômica Descentralizada), que utiliza recursos de Subvenção Econômica, bem como orientar os públicos interno e externo da FINEP, no que diz respeito às diretrizes e normas do programa.

## **PARTE I - AÇÃO TRANSVERSAL PARA SELEÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PARCEIRO**

## **PARTE I – AÇÃO TRANSVERSAL PARA SELEÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PARCEIRO**

### **I.1 PÚBLICO-ALVO**

O programa prevê a possibilidade de participação na qualidade de proponente, executor ou interveniente de órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada sem fins lucrativos que poderá ser representada por Fundação de Apoio, responsável pela execução gerencial, técnica e financeira do projeto.

Empresas também poderão participar do programa na condição de intervenientes financeiros.

### **I.2 CONDIÇÕES OPERACIONAIS**

#### **I.2.1 Processo de Seleção**

Os parceiros descentralizados serão selecionados através de carta-convite direcionada aos governos estaduais que terão a responsabilidade da indicação e submissão de apenas uma proposta.

***É importante ressaltar que no momento do envio do FAP impresso da Ação Transversal, a instituição deverá comprovar a indicação, encaminhando carta ou manifestação assinada pelo governo do estado com a respectiva indicação.***

O processo de seleção é constituído de quatro etapas, sendo estas: enquadramento, avaliação de mérito, análise técnico-jurídica e deliberação.

Na etapa de enquadramento os projetos serão avaliados quanto às exigências formais da carta-convite. Somente os projetos que atenderem plenamente tais exigências serão avaliados quanto ao mérito.

Na etapa de avaliação de mérito, os projetos que tiverem atendido às exigências formais da carta-convite serão submetidos a um Comitê de Avaliação constituído por analistas da FINEP que avaliarão o mérito das propostas segundo os critérios definidos na carta-convite. Ao final, serão recomendadas as propostas que obtiverem média ponderada igual ou superior a 3,0 (três pontos)

para as unidades da Federação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 3,5 (três pontos e meio) para as demais unidades da Federação.

As propostas recomendadas no mérito serão ordenadas de forma decrescente até o limite dos recursos disponíveis e, a seguir, submetidas à análise técnico-jurídica. Nesta etapa, as propostas classificadas serão submetidas à análise quanto a aspectos técnicos, tais como a adequação do cronograma físico (metas, atividades, indicadores de progresso, prazos), orçamento e cronograma. Durante a análise técnica do projeto, poderá ser comunicada ao proponente qualquer irregularidade ou imprecisão no Plano de Trabalho, que deverá ser sanada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de desistência no prosseguimento do processo.

No tocante à análise jurídica serão verificadas a elegibilidade das instituições partícipes, a documentação necessária à contratação e a adequação à legislação vigente.

Caso algum dos aspectos analisados não atenda às disposições da Carta Convite ou à legislação vigente, a proposta será eliminada.

Durante a análise jurídica, caso necessário, serão solicitados documentos institucionais, que poderão ser fornecidos através de inserção no Arquivo de Documentos Institucionais – ADI, constante no sítio da FINEP: **[http://www.finep.gov.br/formularios\\_manuais/adi.asp](http://www.finep.gov.br/formularios_manuais/adi.asp)**.

As propostas recomendadas na análise técnico-jurídica serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva da FINEP para decisão final.

Caso haja uma maior disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros do Governo Federal, outras propostas aprovadas no mérito poderão ser contempladas.

Ao final, após a seleção e contratação, os parceiros descentralizados selecionados terão delegação da FINEP para realizar todas as atividades operacionais inerentes ao processo, incluindo fomento, análise e seleção das propostas, contratação, liberação dos recursos, acompanhamento físico e financeiro com a prestação de contas, assegurando o foco nos projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico.

### **I.2.2 Temas Regionais e Nacionais para Captação e Apoio às Empresas**

O agente operacional deverá apresentar em seu plano de trabalho a indicação expressa dos temas regionais e nacionais que serão alvo para a captação e concessão dos recursos de subvenção econômica às empresas. (ver **Anexo V – Diretrizes Estratégicas do Programa**)

Destaca-se que os temas regionais devem ter aderência às vocações e/ou setores prioritários dos estados.

A alocação dos recursos de subvenção deverá respeitar os seguintes parâmetros:

- que **pelo menos 40%** desses recursos deverão abranger os seguintes temas nacionais: os setores do Programa Brasil Maior e/ou prioridades da Estratégia Nacional de CTI do MCTI, e prioritariamente **petróleo e gás, energias alternativas e TIC**;
- **até 60%** dos recursos financeiros aplicados em 5 (cinco) temas ou setores a serem indicados pelos estados.

### **I.2.3 Características das Propostas**

As propostas a serem enviadas para a FINEP conterão planos de trabalho que obrigatoriamente deverão abranger os tópicos abaixo que serão analisados conforme os critérios estabelecidos na carta convite:

- **Foco da proposta no objetivo da carta convite** – A carta convite tem como objetivo principal selecionar futuros parceiros no nível estadual que conduzirão o processo de descentralização da concessão de recursos para a subvenção econômica. Estes parceiros em conjunto serão responsáveis pelo repasse de R\$ 190.000.000,00 para as microempresas e empresas de pequeno porte. Desta forma espera-se que a proposta evidencie a capacidade deste futuro parceiro da FINEP em lidar com estas categorias de empresas, desde o momento da captação até o acompanhamento e encerramento de um projeto;
- **Grau de estruturação e articulação dos participantes do projeto** - Ao observar o edital, no **item 2 – Quem pode participar**, fica evidente a necessidade de buscar participante(s)/integrante(s) do projeto que possam desempenhar todas as atividades dos processos que envolvam a atribuição de ser um parceiro descentralizado, fazendo o papel da FINEP. Deve ser observado que as principais atividades: prospecção, captação, divulgação do

programa TECNOVA, suporte às empresas, acompanhamento de projetos e prestação de contas, possuem grau elevado de complexidade que poderão exigir a participação de mais do que uma entidade. Serão avaliados os atores que desempenharão as atividades bem como o grau de participação, complementaridade e envolvimento. Identificar preferencialmente o tipo de mecanismo de formalização de parcerias (ex.; acordo de cooperação, protocolo de intenção, etc.);

- **Qualidade geral da proposta: descrição de forma clara e sucinta do objetivo, metodologia, metas, atividades e prazos** - O encadeamento, a coerência e a real possibilidade de atingimento do objetivo, metodologia, metas, atividades e prazos pretendidos é o principal a ser avaliado neste critério. A avaliação das metas a serem alcançadas deverão levar em conta o histórico resumido das instituições participantes em programas anteriores da FINEP como por exemplo PAPPE Subvenção, PAPPE Integração e PRIME. A capacidade de atingir a meta de empresas a ser contratada é fator relevante na análise da proposta (ver **Anexo 5 – Diretrizes Estratégicas do Programa**);
- **Plano de trabalho para divulgação, prospecção e captação de projetos de inovação tecnológica de micro-empresas e empresas de pequeno porte** - O ato de descentralizar objetiva aumentar a escala de atuação, bem como ser mais eficiente e eficaz pelo conhecimento mais aprofundado de realidades regionais. Tais conhecimentos devem ser traduzidos em melhor e mais eficiente divulgação, via campanhas mais efetivas para tornar conhecido o programa TECNOVA no entorno de atuação do agente operacional, aumento do número de empresas possíveis a integrar o programa, bem como tornar mais acessível os canais para captação das empresas candidatas. O plano de trabalho para divulgação, prospecção e capacitação deve contemplar: plano de comunicação e tipos de mídia a serem utilizados, estratégia de divulgação e prospecção com devidas parcerias, infraestrutura e mecanismos de captação;
- **Qualidade da infraestrutura operacional, qualificação profissional e dedicação da equipe a ser disponibilizada para orientação e suporte às empresas candidatas** – A FINEP, através desta ação transversal, está gerando condições para que o parceiro possa estruturar-se mais apropriadamente para todas as fases necessárias para um programa da envergadura do TECNOVA. Neste critério devem ser evidenciadas as condições para suporte às empresas candidatas, desde o momento da apresentação do programa até a manifestação do real interesse em participar por parte das empresas. Equipes de apoio e esclarecimento, canais de suporte, consulta, etc, devem ser disponibilizadas;

- ***Plano de trabalho para avaliação e julgamento dos projetos de inovação tecnológica das micro-empresas e empresas de pequeno porte*** - Neste critério será avaliado o plano de trabalho para a realização da avaliação e julgamento das propostas, destacando como serão realizadas tais avaliações, qual equipe será destacada para tal, instâncias e processos decisórios envolvidos, definição de participação externa, infraestrutura e suporte para a realização das atividades, registro e documentação;
- ***Qualidade da infraestrutura operacional, qualificação profissional e dedicação da equipe a ser disponibilizada para acompanhamento das empresas contratadas*** - O processo de acompanhamento, dentro de uma operação descentralizada, é de fundamental importância para a avaliação da evolução dos projetos tanto em relação às questões técnicas como referente às financeiras. A equipe dedicada ao projeto, tanto em questões quantitativas como qualitativas, é fator relevante para garantir bons resultados no processo de acompanhamento. Outro ponto importante é o sistema a ser utilizado para registro das visitas, avaliações técnicas e prestações de contas, passíveis de serem auditadas a qualquer momento por parte da FINEP ao longo de todo o processo. Por último, a infraestrutura física, como por exemplo, salas, arquivos, computadores, etc para a realização e a manutenção das informações também configura-se como fator relevante;
- ***Qualidade da infraestrutura operacional, qualificação profissional e dedicação da equipe jurídica envolvida no projeto*** - Avaliando outras ações descentralizadas promovidas pela FINEP, como por exemplo, o PAPPE subvenção e integração, o programa PRIME, bem como o próprio programa de subvenção econômica nacional da FINEP, observa-se a existência de inúmeros questionamentos jurídicos incluindo os recursos promovidos pelas empresas desde a candidatura, contratação e acompanhamento. Desta forma, a estruturação de uma assessoria jurídica dedicada capaz de dirimir estas demandas, bem como dar suporte às empresas nos seus questionamentos jurídicos é de fundamental importância para o bom andamento do programa. Devem ser indicados os quantitativos, a dedicação da equipe jurídica, bem como a sua qualificação;
- ***Serviços técnicos colocados à disposição para suporte às empresas selecionadas*** - O público-alvo a ser atendido pelos parceiros são as microempresas e as empresas de pequeno porte. Geralmente tais empresas possuem lacunas na sua estrutura tanto nas questões financeiras, como nas de planejamento estratégico, recursos humanos, marketing e comercialização, gestão da produção, tecnológica, empresarial e na revisão de seus planos de negócios. Desta forma o agente operacional deverá promover, realizar ou fornecer suporte às necessidades mais imediatas das empresas nas questões acima;

- **Adequação do orçamento aos objetivos da proposta** – As despesas evidenciadas no plano de trabalho devem respaldar o atingimento do objetivo da carta-convite e dar sustentação às atividades necessárias para tal, respeitando as despesas apoiáveis pela FINEP explicitadas no item I.2.6 da parte I deste manual.

#### **I.2.4. RECURSOS FINANCEIROS**

Serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até **R\$ 19.000.000,00** (dezenove milhões) originários do FNDCT/Fundos Setoriais, para custear as despesas relacionadas no anexo 1 da carta-convite e no I.2.6 da parte I deste manual.

Cada proposta dos agentes estaduais poderá solicitar até 10% do valor destinado à subvenção às empresas, limitado a **R\$ 1,3 milhões** para os agentes das regiões Sudeste ou Sul, e de até **R\$ 0,9 milhão** para os agentes das demais regiões, com intuito de apoiar a infraestrutura e a organização desses agentes.

Dos recursos financeiros a serem concedidos, 30% (trinta por cento) deverão ser aplicados nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO). Caso o valor total das propostas selecionadas para aprovação, oriundas dessas regiões, seja inferior a este percentual, os recursos não aplicados serão automaticamente transferidos às propostas com melhor classificação de outras regiões.

A liberação dos recursos somente ocorrerá em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do FNDCT/Fundos Setoriais.

O **repasse dos recursos** ocorrerá em duas parcelas: a primeira equivalente a 40% do valor total no ato da contratação dos Parceiros Descentralizados. A segunda parcela, equivalente a 60% restante, terá sua liberação **condicionada à apresentação dos contratos firmados com as empresas beneficiárias** dos recursos de Subvenção Econômica.(ver **Anexo V – Diretrizes Estratégicas do Programa**)

#### **I.2.5. CONTRAPARTIDA DOS PARCEIROS**

A contrapartida do agente regional, estadual ou local deve obedecer aos critérios definidos pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI) – “Carta de Salvador”, conforme explicitado na tabela abaixo:

Grupo A	Valor de Contrapartida
SP	Contrapartida do Estado na proporção de 1 x 1 de aporte do MCTI
Grupo B	Valor de Contrapartida
MG, RJ, RS	Contrapartida do Estado na proporção de 1 x 1.5 de aporte do MCTI
Grupo C	Valor de Contrapartida
AM, PA, CE, PE, BA, PB, DF, GO, GO, MT, MS, PR, SC e ES	Contrapartida do Estado na proporção de 1 x 2 de aporte do MCTI
Grupo D	Valor de Contrapartida
AP, AC, RO, RR, TO, PI, MA, RN, SE e AL	Contrapartida do Estado na proporção de 1 x 3 de aporte do MCTI

Instituições e/ou empresas participantes que venham a desempenhar o papel de interveniente co-financiador poderão aportar ao projeto recursos financeiros e/ou não financeiros, desde que economicamente mensuráveis. As informações para a mensuração dos aportes não financeiros deverão constar da proposta.

#### **I.2.6. ITENS FINANCIÁVEIS**

Poderão ser apoiadas, em observância à legislação em vigor à época da aprovação do projeto, as seguintes despesas:

- Despesas Correntes:** vencimentos e obrigações, material de consumo, softwares, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos, despesas de viagens, serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica), treinamentos.
- Despesas Operacionais e Administrativas:** O projeto poderá solicitar a cobertura de despesas operacionais e administrativas, de caráter indivisível, respaldadas na Lei nº 10.973/04, denominada "Lei da Inovação", até o limite de 5% do valor dos recursos federais solicitados.

As despesas de capital que venham a ser necessárias para a execução do projeto devem ser oferecidas pela própria instituição beneficiária, a título de contrapartida. Devem ser entendidas despesas de capital como despesas necessárias ao planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Estas despesas podem ser consideradas em todas as fases do desenvolvimento do projeto, ou seja, desde a escala exploratória ou de bancada até as escalas piloto e protótipo.

### **I.2.7. PRAZOS**

Essa carta convite tem prazo de validade de 12 (doze) meses e o prazo para execução dos projetos das instituições beneficiárias deverá ser de até 48(quarenta e oito) meses.

### **I.2.8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS (FAP)**

Para a apresentação das propostas sempre é disponibilizado um formulário eletrônico - FAP, que fica [junto às chamadas](#). Este formulário é semelhante àqueles utilizados para as solicitações de financiamento à FINEP. As instituições indicadas pelos governos estaduais deverão encaminhá-lo até as datas estabelecidas. Juntamente com o formulário eletrônico de apresentação de proposta, está disponível o manual para preenchimento deste.

Em função da natureza distinta das fontes de recursos envolvidas no programa TECNOVA, isto é, para a ação transversal, recursos oriundos do FNDCT e para a Subvenção Econômica Descentralizada, recursos de subvenção, a instituição terá que preencher dois FAP's (Formulário de Apresentação de Proposta). Um para suportar a ação transversal que dará origem a um convênio entre FINEP e o parceiro, e o segundo, para que os recursos de subvenção econômica intencionados pela instituição possam ser repassados através do estabelecimento de um contrato de transferência de recursos.

Os dois FAP's encontram-se disponíveis no sítio da FINEP.

É conveniente ressaltar que os mesmos apresentam poucas diferenças no seu preenchimento. As existentes dizem respeito basicamente aos recursos solicitados e as contrapartidas necessárias.

No FAP referente ao contrato de transferência de recursos, a instituição deverá solicitar os recursos de subvenção a serem repassados para as empresas através da rubrica – **Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica**, bem como indicar, respeitando a carta de Salvador, os valores de contrapartida a serem aportados pelo parceiro, bem como seu cronograma de desembolso.

Nos demais quesitos, os FAP's são assemelhados e deverão conter as mesmas informações.

Destaca-se que somente serão celebrados os contratos de transferência de recursos com as instituições que firmarem convênio na ação transversal.

### **I.2.9. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

As condições para a contratação de cada projeto serão definidas por decisão da Diretoria Executiva da FINEP.

A minuta de convênio assinada pelos representantes legais das Instituições participantes, exceto a Concedente, deverá ser entregue à FINEP no prazo máximo de 15 dias a contar do seu recebimento. O não cumprimento do prazo poderá acarretar o arquivamento da proposta. O mesmo é aplicável para o Contrato de Transferência de Recursos.

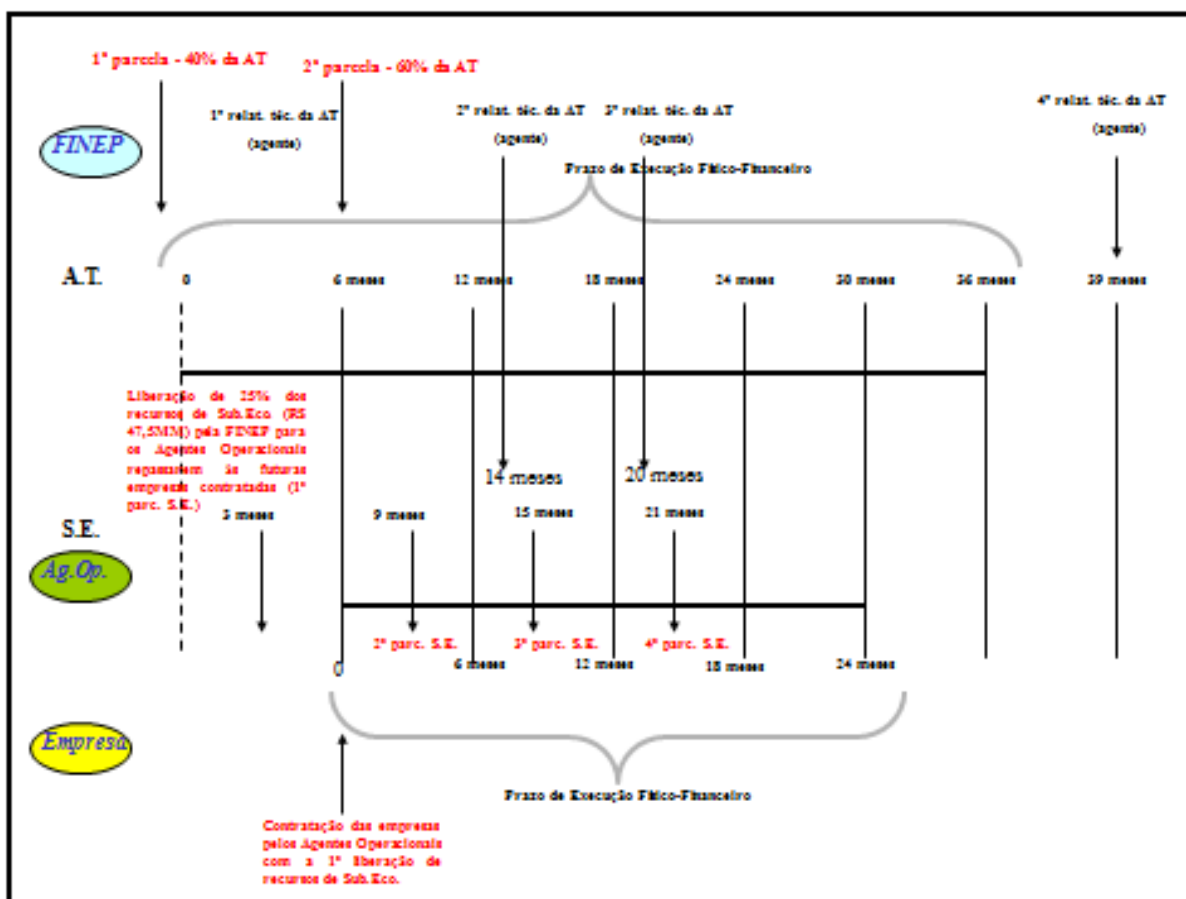
### **I.3. ACOMPANHAMENTO e LIBERAÇÃO DE RECURSOS**

#### **I.3.1. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS**

O objetivo da carta-convite é apoiar a infraestrutura, organização e capacitação dos parceiros descentralizados. Estes parceiros conduzirão a Subvenção Econômica para as micro-empresas e empresas de pequeno porte nos respectivos estados.

Assim sendo as atividades de acompanhamento técnico referem-se basicamente à avaliação do andamento e dos resultados das ações previstas nos planos de trabalho das instituições selecionadas. Além disso, serão objeto de acompanhamento técnico, os resultados consolidados das empresas apoiadas com os recursos de Subvenção Econômica, repassados por tais parceiros, com base na avaliação dos relatórios encaminhados por estas empresas conforme modelo que será apresentado na parte II do manual "Subvenção Econômica Descentralizada".

A figura abaixo ilustra os fluxos que ocorrerão tanto no tocante à Ação Transversal como na Subvenção Econômica que será tratada em mais detalhes na parte II deste manual.



No ato da contratação dos parceiros descentralizados selecionados na ação transversal (**A.T.**) via a carta-convite, será liberada a **1ª parcela de recursos financeiros**, no valor de 40% do valor aprovado. Em seis meses, com o recebimento e análise da FINEP do **1º relatório técnico financeiro** da Ação Transversal contendo a avaliação das atividades do plano de trabalho e prestação de contas, lista das empresas contratadas e respectivas cópias dos contratos e o relatório de itens de controle (ver modelo no anexo III), será liberada a **2ª parcela de recursos financeiros**, no valor de 60% do valor aprovado. A FINEP realizará visita técnica à instituição para avaliar o andamento das atividades que constam do plano de trabalho, ressaltando que nestes seis meses iniciais, o foco será na divulgação, captação, seleção e até a contratação de empresas futuras beneficiárias dos recursos de Subvenção Econômica (**S.E.**).

Conforme será esclarecido no manual de Subvenção Econômica, durante o processo de seleção de empresas, o parceiro deverá visitar obrigatoriamente as que forem desconhecidas deste.

Destaca-se que três meses após a contratação do agente operacional, a FINEP, respeitando as suas limitações orçamentárias, e através de contrato de transferência de recursos de Subvenção

Econômica, depositará na conta especificada pelo agente, 25% dos recursos de subvenção aprovados para as empresas a serem selecionadas. As demais parcelas de recursos de Subvenção Econômica destinadas às empresas serão depositadas no 9º, 15º e 21º meses respectivamente, guardando proporção ao valor total de recursos dos projetos contratados.

O **2º relatório técnico financeiro** referente à Ação Transversal deverá ser encaminhado à FINEP até o 14º mês após a assinatura do convênio, contendo a avaliação das atividades do plano de trabalho e prestação de contas, o relatório consolidado sobre os projetos das empresas contratadas e o relatório de itens de controle.

O **3º e 4º relatórios técnicos financeiros** referentes à Ação Transversal deverão conter os mesmos itens do 2º relatório e deverão ser encaminhados até o 20º e 39º meses respectivamente. No tocante a Ação Transversal, serão realizadas pelos analistas da FINEP até quatro visitas técnicas para avaliação do andamento do projeto, seguindo o seguinte cronograma:

- 1ª visita: após recebimento do 1º relatório parcial técnico financeiro da A.T. e em até 6 (seis) meses após a contratação do agente;
- 2ª visita: após o recebimento do 2º relatório parcial técnico financeiro da A.T. e em até 14 (catorze) meses após a contratação do agente;
- 3ª visita: após o recebimento do 3º relatório parcial técnico financeiro da A.T. e em até 20 (vinte) meses após a contratação do agente
- 4ª visita: após o recebimento do 4º relatório final técnico financeiro da A.T. e em até 39 meses após a contratação do agente.

Nestas visitas, algumas empresas contratadas pelos parceiros poderão ser visitadas pelo analista da FINEP, que desta forma realizará avaliação amostral do desenvolvimento dos projetos das empresas.

O modelo de relatório técnico financeiro é composto das seguintes partes:

- **parte 1** – avaliação do plano de trabalho do agente operacional;
- **parte 2** – prestação de contas;
- **parte 3** – relatório consolidado das empresas contratadas (**anexo II**);
- **parte 4** – relatório de itens de controle (**anexo III**);

As **partes 1 e 2** referem-se especificamente ao plano de trabalho e recursos envolvidos na Ação Transversal. E os modelos encontram-se disponíveis no sítio da FINEP ([www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)), **área para clientes / formulários e manuais/ formulários para convênios**.

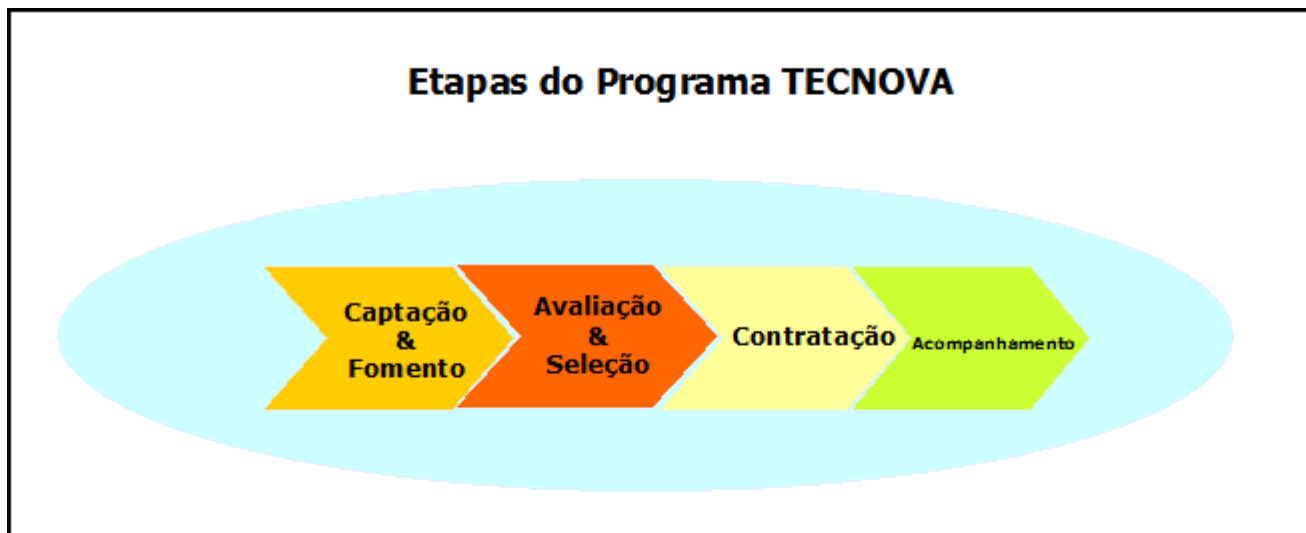
A **parte 3** constitui-se em um sumário sobre os projetos de subvenção econômica das empresas contratadas pelos agentes, indicando o % de conclusão do plano de trabalho, número de empresa contratadas, % de empresas que cumpriram a meta, etc.

A **parte 4**, relatório de itens de controle, constitui-se em um conjunto de métricas para avaliar a performance das principais etapas da Ação Transversal do programa TECNOVA e será abordado com mais detalhes no tópico seguinte.

#### **I.3.1.1 – ITENS DE CONTROLE**

Como a teoria de administração nos ensina, “quem não controla, não gerencia”. O programa TECNOVA, especialmente por tratar-se de um programa composto por uma Ação Transversal e pela Subvenção Econômica, possui particularidades que impõem a construção de uma matriz de itens de controles que permitam avaliar as diferentes etapas e seus respectivos processos envolvidos.

Em linhas gerais e como identificados na figura abaixo, podemos destacar os seguintes processos: **captação & fomento, avaliação e seleção, contratação, acompanhamento.**



Na etapa de **captação & fomento**, os itens de controles estarão relacionados com a capacidade do agente operacional tornar conhecido o programa, bem como despertar o interesse e atrair empresas candidatas à ação de Subvenção Econômica aos temas estratégicos relacionados. Dentre exemplos desses itens de controle temos: ações de divulgação do programa, número de empresas cadastradas, a abrangência de captação de empresas no estado envolvido, entre outros.

Na etapa de **avaliação & seleção**, será muito importante medir a eficácia do processo de avaliação dos projetos encaminhados pelas empresas, da expertise das equipes envolvidas, bem como do

processo de seleção realizado pelo agente operacional. Dentre exemplos desses itens de controle temos: equipe de técnicos envolvidos no processo de análise e seleção, % de aprovação, distribuição percentual em relação aos temas estratégicos escolhidos, entre outros.

Na etapa de **contratação**, o foco será avaliar o quadro final de empresas contratadas, verificando as possíveis perdas entre a seleção e a efetiva contratação. Dentre exemplos desses itens de controle temos: número de empresas contratadas, % de efetivação da meta proposta, % de conhecimento prévio das empresas contratadas, abrangência estadual, entre outros.

Na etapa de **acompanhamento**, o foco será avaliar o grau de cumprimento dos planos de trabalhos propostos, bem como o grau de relacionamento entre o agente e as empresas. Assim sendo, dentre exemplos desses itens de controle temos: % de realização do plano de trabalho, infraestrutura disponibilizada, tamanho da equipe de acompanhamento, entre outros.

No **anexo III**, estão as tabelas com todos os 38 (trinta e oito) itens de controle que deverão ser encaminhados junto com os relatórios técnicos financeiros.

O arquivo em **formato Excel** está disponível no sítio da FINEP com a denominação "**Itens de Controle – Avaliação dos Agentes Operacionais**". Neste arquivo todos os itens de controle possuem comentários explicativos sobre as intenções da medida.



  
**MANUAL**  
**PROGRAMA TECNOVA**

**<código>**  
Rev. 00

Validade: 1 ano

**ANEXO I**  
**Instrumentos Contratuais com os Parceiros**  
**Convênio Ação Transversal**  
**e**  
**Contrato de Transferência de Recursos de Subvenção Econômica**

## CONVÊNIO AÇÃO TRANSVERSAL

### CONVÊNIO

FINANCIADORA DE ESTUDOS E  
PROJETOS – FINEP INSTRUMENTO  
CONTRATUAL CÓDIGO N.º

--	--	--	--	--

Instrumento publicado no DOU nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, Seção 3, página \_\_\_\_, acessível no endereço [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).

### PARTE I

#### I. PARTÍCIPIES

##### I.1. CONCEDENTE

**FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede em Brasília, Distrito Federal e escritório nesta Cidade, na Praia do Flamengo, n.º 200 - Parte, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.749.086/0001-09, por seus representantes legais ao final qualificados, Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, inscrito no CNPJ sob n.º 08.804.832/0001-72.

##### I.2. CONVENIENTE

**NOME** - natureza jurídica, com sede em [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º 00.000.000/0001-00, por seus representantes legais ao final qualificados.

##### I.3. EXECUTOR

**NOME** - natureza jurídica, com sede em [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º 00.000.000/0001-00, por seus representantes legais ao final qualificados.

##### I.4. INTERVENIENTE COFINANCIADOR

**NOME** - natureza jurídica, com sede em [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º 00.000.000/0001-00, por seus representantes legais ao final qualificados.

##### I.5. INTERVENIENTE TÉCNICO

**NOME** - natureza jurídica, com sede em [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º 00.000.000/0001-00, por seus representantes legais ao final qualificados.

## II. OBJETO

Transferência de recursos financeiros, pela **CONCEDENTE** ao **CONVENIENTE**, para a execução do Projeto intitulado “.....”, doravante denominado PROJETO, descrito no PLANO DE TRABALHO, anexo a este convênio.

## III. AUTORIZAÇÃO

Decisão da Diretoria Executiva da **CONCEDENTE** n.º 0000/00, de 00/00/0000.

## IV. RECURSOS

### IV.1. CONCEDENTE

a) VALOR TOTAL de até R\$ ..... (.....) destinados ao **CONVENIENTE** por meio de aporte direto.

**OU**

a) VALOR TOTAL de até R\$ ..... (.....), sendo:

☐ R\$ ..... (.....) destinados ao **CONVENIENTE** por meio de aporte direto;

b) Os recursos financeiros correrão à conta da discriminação orçamentária constante da Nota de Empenho anexa a este instrumento.

c) **FONTE:** (OBSERVAR A DEC/DIR).

### IV.1. 1 CONDICIONANTES PARA DESEMBOLSO DOS RECURSOS:

a) A liberação dos recursos ocorrerá em 2(duas) parcelas, onde a segunda ficará condicionada a assinatura do contrato de transferência de recursos de subvenção econômica e

b) À aprovação do 1º relatório técnico-financeiro da Ação Transversal e da prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada. Neste relatório o parceiro deverá demonstrar também todas as atividades prévias à contratação das empresas alvo dos recursos de subvenção econômica, além da apresentação da relação das empresas contratadas.

c) (OBSERVAR A DEC/DIR)

### IV.2. CONTRAPARTIDA

Caso o valor de contrapartida apresentado pelo **CONVENIENTE** e pelo(s)

**EXECUTOR(ES)** exceda ao percentual máximo exigido na Carta de Salvador, o excedente

será considerado aporte voluntário, de única e exclusiva responsabilidade daquele que o aporta.

#### IV.2.1. CONVENIENTE

O **CONVENIENTE** obriga-se a apresentar contrapartida na forma financeira no valor de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**, a ser demonstrada conforme detalhamento da contrapartida, anexo a este instrumento.

#### IV.2.2. EXECUTOR(ES)

O **EXECUTOR** (**identificar o executor – incluir cada contrapartida do executor de forma individualizada**) obriga-se a apresentar contrapartida na forma financeira/ não financeira no valor de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**, a ser demonstrada conforme detalhamento da contrapartida, anexo a este instrumento.

#### IV.3. OUTROS APORTES

##### IV.3.1. INTERVENIENTE COFINANCIADOR

O **INTERVENIENTE COFINANCIADOR** (**identificar o interveniente cofinanciador**) obriga-se a aportar o valor mínimo de **R\$... (...)** sob a forma de recursos financeiros e **R\$... (...)** sob a forma de recursos não-financeiros.

#### V. PRAZOS

**V.1. VIGÊNCIA DO CONVÊNIO E PRAZO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PROJETO:** até **48 meses**, a partir da data da assinatura do convênio.

**V.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL:** até **90 (noventa) dias** contados da data do término da vigência, quando deverá ser feita a prestação de contas final, conforme previsto no artigo 38 da IN nº 1 do Conselho Diretor do FNDCT de 25 de junho de 2010.

**V.3.** Caso haja necessidade de prorrogação de prazos, esta deverá ser solicitada pelo representante legal da instituição **CONVENIENTE** até **30 (trinta) dias** antes de vencimento do prazo de vigência do convênio.

**V.4.** Os convênios só poderão ter seus prazos de vigência prorrogados por período máximo ao originalmente contratado, não podendo ultrapassar o prazo de 60 meses, salvo caso excepcionais.

## **VI. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**

**VI.1.** Além das demais obrigações previstas neste instrumento, o **CONVENENTE** deverá: (**observar a DEC/DIR**)

- a)** apresentar 4(quatro) relatórios técnicos semestrais, conforme Manual do Programa TECNOVA, que deverão ter por base as metas, as atividades e os indicadores apontados no PLANO DE TRABALHO e que servirão para autorizar a liberação dos recursos de subvenção econômica para as empresas, através do contrato de transferência de recursos **XXXXX**;
- b)** outras previstas na DEC/DIR.

**VI.2.** Além das demais obrigações previstas neste instrumento, o **CONVENENTE** e o(s) **EXECUTOR(ES)** deverão:

- a)** afixar destacadamente em lugar visível de seu estabelecimento e em todos os materiais de divulgação resultantes da execução do PROJETO, o apoio financeiro da **CONCEDENTE** e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, **e/ou de outra fonte de recursos prevista na DEC/DIR (preencher de acordo com a fonte de recursos)**, através de placa conforme modelo, dimensão e inscrição, a serem fornecidos pela **CONCEDENTE**, e a respectiva fonte de recursos, especialmente no caso de:
- seminários e eventos científicos e tecnológicos;
  - publicações técnicas e científicas em revistas especializadas;
  - relatórios técnicos e resumos publicados ou divulgados em qualquer meio, inclusive magnético ou eletrônico.
- b)** Caso haja divulgação do PROJETO via Internet, inserir um ícone com o logotipo da **CONCEDENTE** e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação –MCTI, **e/ou de outra fonte de recursos prevista na DEC/DIR (preencher de acordo com a fonte de recursos)**, que faça o *link* para acesso às respectivas *homepages*.
- c)** disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

## **PARTE II**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

- 1.1.** Transferir os recursos financeiros, conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso contido no PLANO DE TRABALHO, respeitadas as suas disponibilidades orçamentárias e financeiras.
- 1.2.** Transferir os recursos financeiros e realizar a classificação funcional-programática e econômica das despesas relativas a exercícios futuros, por meio de apostilamento de empenhos ou notas de movimentação de crédito.
- 1.3.** Formalizar em documento próprio, contendo o registro dos respectivos empenhos ou notas de movimentação de crédito, os recursos financeiros alocados em exercícios futuros, os quais correrão à

conta dos orçamentos respectivos. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

**1.4.** Prorrogar, de ofício, a vigência do convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de tempo correspondente ao atraso verificado.

**1.5.** Analisar e emitir parecer sobre os aspectos técnicos e financeiros das prestações de contas apresentadas pelo **CONVENIENTE** e decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos pelo convênio.

**1.6.** Se for o caso, comunicar ao **CONVENIENTE** e ao Chefe do Poder Executivo (Governador ou Prefeito) do ente beneficiário do convênio, qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas do uso dos recursos envolvidos, que motive a suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, caso não haja regularização no período de até 30 (trinta) dias, contados a partir do evento.

**2.** O **CONVENIENTE** se obriga a assinar com a **FINEP**, no prazo de \_\_\_\_\_, o Contrato de Transferência de Recursos de Subvenção Econômica, sob pena de rescisão do convênio, conforme previsto na Cláusula Décima, item 10.3-II, e conseqüente devolução dos valores liberados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

**2.1.** Na hipótese da existência de licença ambiental ou de sua futura necessidade para a execução do projeto ora financiado, em acréscimo às obrigações previstas neste instrumento, o **CONVENIENTE**, o(s) **EXECUTOR(ES)** e o(s) **INTERVENIENTES**, quando houver, deverão:

- I. Cumprir todas as determinações legais expedidas pelos órgãos ambientais competentes, aplicáveis à execução do PROJETO;
- II. Estabelecer, sempre que necessário para que a execução do PROJETO se dê com segurança e responsabilidade sócio-ambiental, a realização de obras e aquisição de equipamentos como medidas preventivas à possíveis danos;
- III. Informar imediatamente à **CONCEDENTE** e aos órgãos ambientais competentes, todo e qualquer acidente ou incidente decorrente da execução do PROJETO ora financiado, que possa causar danos ao meio ambiente e/ou a terceiros afetados por sua atividade;
- IV. Na hipótese acima, ficam o **CONVENIENTE**, o(s) **EXECUTOR(ES)** e o(s) **INTERVENIENTES** obrigados a tomar, imediatamente, todas as medidas necessárias à mitigação dos impactos ambientais negativos;
- V. Manter a **CONCEDENTE** informada sobre o atendimento das condições gerais e específicas que porventura tenham sido exigidas nas licenças ambientais concedidas, bem como as

modificações dessas condições;

- VI. Comunicar à **CONCEDENTE** sobre a suspensão, o cancelamento, a revogação ou cassação das licenças ambientais e os seus motivos;
- VII. Independentemente da existência de culpa, em consonância com o § 1º, do art. 14, da Lei nº 6.938/81, indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros afetados por sua atividade.

**2.2.** Além das demais obrigações previstas neste convênio, o **CONVENIENTE** se obriga a:

- I. Cumprir o PLANO DE TRABALHO do PROJETO e utilizar os recursos desembolsados pela **CONCEDENTE**, contrapartida, os rendimentos das aplicações financeiras, e outros aportes de recursos, se houver, exclusivamente na execução do PROJETO;
- II. Apresentar para aprovação da FINEP o instrumento convocatório a ser lançado para a seleção de Projetos que receberão recursos de Subvenção Econômica;
- III. Inserir cláusula nos contratos celebrados com terceiros para execução do convênio que permitam o livre acesso dos empregados da **CONCEDENTE**, bem como dos servidores dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas. Na hipótese de haver recursos transferidos de outros órgãos ou entidades para o FNDCT deverá constar cláusula admitindo o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade repassadora;
- IV. Manter e movimentar os recursos repassados pela **CONCEDENTE** na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira controlada pela União. Caso seja integrante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, informar à **CONCEDENTE** a UG/GESTÃO, para que seja efetuado o repasse das verbas;
- V. Manter e movimentar os recursos financeiros da contrapartida e de outros aportes em contas bancárias especificamente criadas para este fim;
- VI. Restituir à **CONCEDENTE** ao(s) **INTERVENIENTE(S) COFINANCIADOR(ES)**, se houver, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:
  - a. quando não for executado o objeto da avença;
  - b. quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas; e
  - c. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da aprovada.
- VII. Restituir à **CONCEDENTE** e ao(s) **INTERVENIENTE(S) COFINANCIADOR(ES)**, se houver, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, inclusive os saldos remanescentes quando da denúncia ou rescisão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do instrumento;
- VIII. Restituir à conta do instrumento o valor referente à despesa glosada, atualizado pelo índice da aplicação financeira aplicável ao instrumento, desde a data da realização da despesa, no caso em que for verificada durante a vigência do instrumento, inobservância das normas aplicáveis à utilização dos recursos repassados;

- IX. Restituir à **CONCEDENTE** o valor referente à despesa glosada, atualizado monetariamente desde a data da realização da despesa, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, no caso em que for verificada, após a vigência do instrumento, inobservância das normas aplicáveis à utilização dos recursos repassados;
- X. Recolher à conta da **CONCEDENTE** o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito aplicação;
- XI. Restituir à **CONCEDENTE** o valor correspondente ao percentual da contrapartida pactuada não aplicada na consecução do objeto do convênio, atualizado monetariamente, na forma prevista no inciso V, co-responsabilizando as instituições intervenientes e/ou executoras;
- XII. Encerrar a conta corrente específica do instrumento quando do encerramento ou extinção do convênio;
- XIII. Responder, diretamente, por qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária intentada contra a **CONCEDENTE**, oriunda de qualquer membro da equipe executora do convênio, obrigando-se ainda em comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e contratante, substituindo a **CONCEDENTE** no processo, e ressarcindo no prazo de 30 (trinta) dias as perdas, danos, indenizações, custas e honorários advocatícios que eventualmente tenham sido pagos pela **CONCEDENTE**;
- XIV. Promover a substituição do **INTERVENIENTE(S)**, quando houver, no prazo de 60 (sessenta) dias da comunicação de desistência quanto ao cumprimento das obrigações assumidas no instrumento pactuado, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos que venham a ser apuradas pela **CONCEDENTE**;
- XV. Designar, formalmente, o ordenador de despesas, responsável pela apresentação das prestações de contas;
- XVI. Permitir a utilização dos bens adquiridos no âmbito do PROJETO, pela **CONCEDENTE** ou por instituição por ela indicada, para fins científicos e tecnológicos, durante o período de vigência do convênio;
- XVII. Remeter, dentro de 30 (trinta) dias, contados das respectivas alterações, as informações relativas à mudança de seus atos constitutivos e de designação de novos representantes legais;
- XVIII. Contratar obras, compras, serviços e alienações com os recursos oriundos da **CONCEDENTE**, de acordo com o estabelecido na legislação federal pertinente. E quando da contratação de obras e serviços, observar os custos unitários de insumos ou serviços constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal, observando-se as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XIX. Observar, para utilização dos recursos, as condições legislativas impostas em função do período eleitoral;
- XX. Utilizar os recursos desembolsados pela **CONCEDENTE** e os rendimentos das aplicações financeiras, bem como outros aportes de recursos, se houver, em estrita observância às normas mencionadas na Cláusula Décima-Primeira, em especial à Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

XXI. Requerer a doação dos bens remanescentes justificando que os mesmos são necessários para assegurar a continuidade de programa governamental, observado o disposto na legislação vigente.

**2.3.** Além das demais obrigações previstas neste convênio, o(s) **EXECUTOR(ES)** se obriga(m) a:

- I. Cumprir o PLANO DE TRABALHO do PROJETO.
- II. Permitir a utilização dos bens adquiridos no âmbito do PROJETO, pela **CONCEDENTE** ou por instituição por ela indicada, para fins científicos e tecnológicos, durante o período de vigência do Convênio.
- III. Remeter, dentro de 30 (trinta) dias, contados das respectivas alterações, as informações relativas à mudança de seus atos constitutivos e de designação de novos representantes legais e do Coordenador do PROJETO.

**2.4.** Além das demais obrigações previstas neste convênio, o(s) **INTERVENIENTE(S) COFINANCIADOR(ES)**, quando houver, se obriga(m) a:

- I. Aportar os recursos financeiros previstos, depositando-os em conta-corrente especificamente aberta para o aporte de recursos ao convênio.
- II. cumprir o PLANO DE TRABALHO do PROJETO.
- III. remeter, dentro de 30 (trinta) dias, contados das respectivas alterações, as informações relativas à mudança de seus atos constitutivos e de designação de novos representantes legais e do Coordenador do PROJETO.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES ESPECIAIS**

**3.1.** É vedado o aditamento do convênio com o intuito de alterar seu objeto, entendida como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no PLANO DE TRABALHO, mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

**3.2.** A **CONCEDENTE** poderá delegar competência para acompanhamento da execução do Convênio a consultores formalmente indicados, bem como a órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação de recursos.

**3.3.** Os partícipes reconhecem a autoridade normativa da **CONCEDENTE** para exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do PROJETO, reorientar ações e acatar, ou não, justificativas com

relação às eventuais disfunções havidas na execução do PROJETO, podendo vir a assumir ou a transferir a responsabilidade pelo mesmo, de modo a evitar a sua paralisação.

**3.4. O CONVENIENTE** autoriza e reconhece como legítimo o livre acesso de empregados desta Financiadora, servidores do Sistema de Controle Interno ao qual se subordina a **CONCEDENTE**, bem como do Tribunal de Contas da União, em missão de fiscalização ou auditoria, em qualquer tempo e lugar, restringindo-se aos atos e fatos relacionados ao âmbito do PROJETO. Ademais, o **CONVENIENTE** deverá incluir nos contratos celebrados para execução do convênio cláusula que permita o livre acesso dos empregados da **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas.

**3.5. O CONVENIENTE** nomeia a **CONCEDENTE** sua procuradora, com poderes específicos para realizar, junto ao Banco depositário dos recursos oriundos do convênio, o bloqueio do saldo existente na conta-corrente, sempre que, a critério da **CONCEDENTE**, houver fundado receio de má utilização dos recursos concedidos.

**3.6.** Eventuais pagamentos de folha de pessoal efetuados com recursos do convênio não geram qualquer vínculo empregatício com a **CONCEDENTE**, ficando, por consequência, a cargo do **CONVENIENTE** toda e qualquer responsabilidade decorrente de eventuais ações judiciais porventura interpostas com o objetivo da criação de tais vínculos.

**3.7.** A execução do objeto do convênio será acompanhada através de relatórios técnicos, que deverão ter por base as metas, as atividades e os indicadores apontados no PLANO DE TRABALHO.

**3.8.** No caso de órgão ou entidade pública, a informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, deverão estar consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize.

**3.9.** Os partícipes deverão apresentar todas as licenças e/ou autorizações necessárias à execução do projeto e à aquisição dos equipamentos previstos no PLANO DE TRABALHO previamente à respectiva execução ou aquisição, conforme legislação aplicável.

**3.10.** A **CONCEDENTE** e seus prepostos, na hipótese de virem a sofrer qualquer penalidade por infração ambiental decorrente da execução do PROJETO, terão ação de regresso contra o **CONVENIENTE**, o(s) **EXECUTOR(ES)** e/ou o(s) **INTERVENIENTE(S)**, se houver.

**3.11.** Nos três meses que antecedem o pleito eleitoral é vedada a transferência voluntária de recursos aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

#### **CLÁUSULA QUARTA: BENS E SERVIÇOS**

**4.1.** É obrigatória a observância da legislação federal que institui normas para licitação e contratos da administração pública, referentes à contratação, compras e serviços.

**4.2.** A aquisição de bens e serviços no mercado nacional ou no mercado externo (importação) deverá ser feita pelo **CONVENENTE** com estrita observância da legislação aplicável à matéria, bem como das especificações técnicas e das quantidades aprovadas no PROJETO.

**4.3.** Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos pela **CONCEDENTE** serão doados à instituição indicada na relação de itens, desde que:

- I. Haja requerimento da instituição **CONVENENTE** justificando que os mesmos são necessários para assegurar a continuidade de programa governamental;
- II. seja aprovada a prestação de contas final em seus aspectos técnico e financeiro; e
- III. seja observado o disposto na legislação vigente.

**4.4.** Os bens cuja aquisição dependam de registros, como, por exemplo, veículos automotores, embarcações aeronaves e outros, serão adquiridos em nome do destinatário final do bem conforme PLANO DE TRABALHO, observando-se todas as regras em relação aos demais bens.

**4.4.1.** Caso a prestação de contas final não seja aprovada em razão de má utilização dos recursos na aquisição, produção, transformação ou construção de bens materiais acima referidos, os recursos liberados pela **CONCEDENTE** relacionados a estes bens deverão ser devolvidos na forma da legislação vigente.

**4.5.** Os bens devem ser utilizados e mantidos na guarda do **CONVENENTE** ou **EXECUTOR(ES)** ficando estipulada a obrigação do mesmo de conservá-los e não aliená-los.

**4.6.** O **CONVENENTE**, deverá, tanto em relação aos bens adquiridos diretamente, quanto àqueles recebidos da **CONCEDENTE**:

- I. Manter seguro com empresas idôneas, em valores consistentes com as práticas comerciais adequadas, que cubra riscos decorrentes da aquisição, transporte, remessa e uso dos bens apoiados, devendo qualquer indenização ser paga em moeda nacional e destinada à reposição dos mesmos;
- II. comunicar à **CONCEDENTE**, imediatamente, qualquer dano que os referidos bens vierem a sofrer;
- III. assegurar a adequada operação dos bens adquiridos, promovendo a execução dos reparos e substituições necessárias, e arcar com todas as despesas referentes ao transporte, guarda, conservação, manutenção e recuperação, sem que lhe caiba direito a retenção ou a qualquer indenização;

IV. informar à **CONCEDENTE** a devolução de quaisquer bens, em razão da conclusão do PROJETO ou da sua não utilização;

V. em caso de furto ou de roubo do bem, promover o registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à **CONCEDENTE** e diligenciando para que se proceda a investigação pertinente.

**4.7.** Findo o convênio, os bens patrimoniais remanescentes serão automaticamente doados ao destinatário final do bem conforme PLANO DE TRABALHO observado o disposto nesta norma e na legislação vigente.

**4.8.** É vedada a destinação de recursos e bens oriundos da **CONCEDENTE** às instituições privadas com finalidade lucrativa.

#### **CLÁUSULA QUINTA: PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**5.1.** O **CONVENIENTE** comunicará à **CONCEDENTE**, durante e após a vigência do presente convênio, os resultados alcançados pelo PROJETO, passíveis de obtenção de proteção legal, no âmbito da legislação de propriedade intelectual, ou de licenciamento a terceiros, devendo ser informado à **CONCEDENTE**, caso seja efetuado o respectivo registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, ou em outro órgão competente, ficando desde já acordado que inventores ou autores terão seus nomes reconhecidos em todas as patentes.

**5.2.** Todos os resultados, conhecimentos e informações gerados na execução do PROJETO serão tratados como confidenciais pelas partes envolvidas, mediante a celebração de instrumento contratual específico para regulamentar as condições de confidencialidade, durante e após a vigência deste convênio.

**5.3.** Os direitos de propriedade intelectual sobre qualquer criação desenvolvida com os recursos repassados em virtude do presente Convênio pertencerão ao **CONVENIENTE, EXECUTOR(ES), e/ou ao(s) INTERVENIENTE(S)**, se houver, que a desenvolver, e será disciplinada em acordo específico entre eles firmado.

**5.3.1.** A **CONCEDENTE** poderá impedir a celebração de quaisquer contratos que prevejam a cessão total ou parcial dos direitos de comercialização e uso dos resultados, conhecimentos e informações geradas pelo PROJETO, durante o prazo de proteção legal, sempre que a seu juízo a referida cessão puder contrariar o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

**5.4.** Todos os dados, informações, tecnologias, biotecnologias, microorganismos, programas de computador, procedimentos e rotinas existentes anteriormente à celebração deste Instrumento e de propriedade do **CONVENIENTE, EXECUTOR(ES), INTERVENIENTE(S)**, e/ou de terceiros, que estiverem sob sua(s) responsabilidade(s) e que forem reveladas entre as partes mencionadas exclusivamente para subsidiar a execução do PROJETO, continuarão pertencendo à parte detentora.

## **CLÁUSULA SEXTA: SUSPENSÃO DAS LIBERAÇÕES**

**6.1.** Sem prejuízo de denúncia ou rescisão do presente convênio, a **CONCEDENTE** poderá suspender as liberações dos recursos se houver descumprimento de condição prevista neste instrumento ou na legislação aplicável.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICA E FINANCEIRA**

**7.1.** O **CONVENIENTE** estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do término da vigência do convênio.

**7.2.** A prestação de contas deverá ser apresentada à **CONCEDENTE**, de acordo com os roteiros que vierem a ser apresentados pela **CONCEDENTE**, e será composta pela documentação a seguir relacionada:

- I. Relatório Técnico de cumprimento do objeto;
- II. relatório de execução físico-financeira;
- III. demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos.
- IV. relação de pagamentos efetuados, identificando o fato gerador da despesa, seu valor e o número da respectiva nota fiscal ou documento similar;
- V. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso, identificando o fato gerador da despesa, seu valor e o número da respectiva nota fiscal ou documento similar;
- VI. extrato da conta bancária do período abrangido pela prestação de contas e, quando for o caso, extrato das contas de aplicações financeiras, acompanhados da respectiva conciliação bancária;
- VII. cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;
- VIII. comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- IX. em caso de instituição privada, documentação relativa às cotações prévia de preços ou as razões que justificaram a sua desnecessidade com fundamento em texto normativo, além de elementos que definiram a escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço. Em caso de instituição pública, cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal.

**7.3.** Para fins de divulgação externa, o **CONVENENTE** se obriga a apresentar, juntamente com o Relatório Técnico Final, um resumo, de até 200 palavras, contendo informações relativas aos resultados alcançados pelo PROJETO, no qual deverão ser destacadas até 6 (seis) palavras-chave que melhor caracterizem o conteúdo desses resultados.

**7.4.** A quitação do convênio somente se dará quando da aprovação, por parte da **CONCEDENTE**, da Prestação de Contas Final, nos seus aspectos técnicos e financeiros.

**7.5.** O **CONVENENTE** se obriga, pelo prazo de dez anos contados a partir da aprovação da prestação de contas, a manter em arquivo exclusivo disponível para a **CONCEDENTE** registros financeiros e contábeis e demonstrativos financeiros, de acordo com as normas estipuladas na legislação em vigor e no presente convênio, adequados para o acompanhamento e avaliação físico-financeira do PROJETO.

#### **CLÁUSULA OITAVA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

**8.1.** Será instaurada Tomada de Contas Especial pelo ordenador de despesas da **CONCEDENTE** ou, na sua omissão, por determinação do Controle Interno ou do TCU, visando a apuração dos fatos a seguir relacionados para identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

**8.2.** Constituem-se motivos para instauração de Tomada de Contas Especial:

- I. Utilização dos recursos em desacordo com o PLANO DE TRABALHO;
- II. a não apresentação das prestações de contas no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação que lhe for encaminhada pela **CONCEDENTE**;
- III. a não aprovação das prestações de contas, em decorrência de:
  - não execução total do objeto pactuado;
  - atingimento parcial dos objetivos avençados;
  - desvio de finalidade;
  - impugnação de despesas;
  - não cumprimento dos recursos da contrapartida, quando houver;
  - não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado, quando couber.
- IV. a ocorrência de qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.
- V. não devolução de eventuais saldos financeiros remanescentes após 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão, ou extinção do convênio.

**8.3.** A Tomada de Contas Especial será procedida pelo órgão encarregado da contabilidade analítica da **CONCEDENTE**.

**8.4.** Enquanto perdurar a tramitação da Tomada de Contas Especial, na forma da legislação específica, a vigência do convênio será mantida, de ofício, pela **CONCEDENTE**.

### **CLÁUSULA NONA: CONDUTAS VEDADAS**

**9.1.** Além das demais condições previstas na legislação vigente, em especial na IN nº 1 do Conselho Diretor do FNDCT de 25 de junho de 2010, na Lei Complementar nº 101/01 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é vedado:

- I. Alterar o objeto do convênio;
- II. Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- III. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV. Utilização, mesmo em caráter emergencial, dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no convênio, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do PLANO DE TRABALHO;
- V. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento, salvo excepcionalmente para aquelas cobertas por outros aportes e desde que expressamente autorizada pela autoridade competente da **CONCEDENTE**;
- VI. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente da **CONCEDENTE** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- VII. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no caso que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VIII. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- IX. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no PLANO DE TRABALHO; e
- X. Pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societários servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

**10.1.** O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

**10.2.** Caso a instituição solicite sua retirada do convênio a mesma arcará com suas obrigações, inclusive as de natureza financeira, até o momento da formalização de sua exclusão, restando aos demais partícipes a faculdade de solicitar a rescisão do instrumento.

**10.3.** Constituem motivos para rescisão do instrumento, a critério da **CONCEDENTE**:

- I. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- II. Não assinatura do Contrato de Transferência de Recursos de Subvenção Econômica, conforme previsto na Cláusula \_\_\_\_\_.
- III. utilização dos recursos repassados em destinação diversa da aprovada;
- IV. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- V. verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**11.** Aplicam-se especificamente aos convênios os seguintes diplomas normativos e suas alterações, sem prejuízo dos demais que se lhe apliquem direta ou indiretamente: IN nº 1 do Conselho Diretor do FNDCT de 25 de junho de 2010; Decreto nº 93.872/1986; Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 5.504/2005; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei nº 4.320/1964; Lei nº 10.973/2004; Lei 6.938, de 31/08/81; Decreto 99.274, de 06/06/90; Resoluções CONAMA, nº 01, de 23/01/86 e nº 237, de 19/12/97.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: PUBLICAÇÃO**

**12.** A eficácia deste convênio e de seus eventuais aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela **CONCEDENTE**, no prazo de vinte dias a contar de sua assinatura.

### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: FORO

**13.** Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Convênio que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo a **CONCEDENTE** optar pelo foro de sua sede.

As folhas deste convênio são rubricadas por Thais Doni Pires Arantes, advogada da **CONCEDENTE**, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 128.255, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em ... (.....) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro,

Pela **CONCEDENTE: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

\_\_\_\_\_

Pelo **CONVENIENTE:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
CI:  
CPF:  
Endereço Residencial:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
CI:  
CPF:  
Endereço Residencial:

Pelo **EXECUTOR:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
CI:  
CPF:  
Endereço Residencial:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
CI:  
CPF:  
Endereço Residencial:

Pelo **INTERVENIENTE COFINANCIADOR:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
CI:  
CPF:  
Endereço Residencial:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
CI:  
CPF:  
Endereço Residencial:

**Pelo INTERVENIENTE TÉCNICO:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
CI:  
CPF:  
Endereço Residencial:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
CI:  
CPF:  
Endereço Residencial:

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

## CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DESTINADOS À SUBVENÇÃO ECONÔMICA

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP INSTRUMENTO CONTRATUAL CÓDIGO N.º

--	--	--	--	--

A FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório de serviços na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, inscrita no CNPJ sob o nº 33.749.086/0002-90, doravante denominada FINEP e, de outro lado, a [REDACTED], com sede em [REDACTED], inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED], doravante denominada CONTRATADA;

**CONSIDERANDO** o estabelecido na CARTA CONVITE MCT/FINEP/Ação Transversal – Programa de Apoio à Inovação Tecnológica em Micro-Empresas e Empresas de Pequeno Porte - TECNOVA [REDACTED]/2012 (Programa TECNOVA), que objetivou selecionar parceiros regionais, estaduais ou locais habilitados a receber e operar recursos, sob a forma de subvenção econômica;

**CONSIDERANDO** que a **CONTRATADA**, apresentou proposta demonstrando ter capacidade técnica, gerencial, financeira e legal para **captar, avaliar, selecionar, contratar e acompanhar** projetos compatíveis como o objeto do Programa TECNOVA;

Resolvem as partes celebrar o presente **CONTRATO de TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS** com vistas a disponibilizar recursos destinados à Subvenção Econômica, consoante a **Decisão da Diretoria Executiva** da FINEP nº [REDACTED], de [REDACTED] / [REDACTED] / [REDACTED], e de acordo com o estabelecido no **Convênio nº XXXXXX** sujeitando-se, ainda, às demais orientações emanadas da FINEP, à regulamentação por ela editada e, especialmente, à Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação), regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, bem como às seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

**1.1** - O presente instrumento tem por objeto transferir à **CONTRATADA**, o montante de até R\$ [REDACTED] (-), habilitando-a operar recursos, sob a forma de subvenção econômica, destinados à empresas nacionais, para o desenvolvimento de atividade inovadora de micro-empresas e empresas de pequeno porte (MPes) nacionais, nos temas prioritários indicados na CARTA

CONVITE MCT/FINEP/Ação Transversal – Programa de Apoio à Inovação Tecnológica em Micro-Empresas e Empresas de Pequeno Porte – TECNOVA XX/2012, bem como nos temas indicados como prioritários pelo Estado [REDACTED], através do Ato nº [REDACTED]/2012, conforme proposta de Referência nº [REDACTED], a qual é parte integrante deste instrumento.

**1.2 - FONTE:** recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT/SUBVENÇÃO ECONÔMICA.

**1.3 - DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** os recursos financeiros correrão à conta da discriminação orçamentária constante da NOTA DE EMPENHO que integra o presente **CONTRATO**.

**1.4 - LIBERAÇÃO:** a **FINEP** efetuará a transferência de recursos financeiros em duas parcelas, respeitadas as suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, bem como as condições determinadas pela Diretoria Executiva da **FINEP**, da seguinte forma:

a) **1ª parcela:** no valor de 25% do total recomendado do plano de trabalho aprovado, representando, R\$ [REDACTED] ([REDACTED]), em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste instrumento pelas partes;

b) **2ª parcela:** no valor de até 25% do total recomendado do plano de trabalho aprovado, representando, R\$ [REDACTED] ([REDACTED]), seis meses após a liberação da 1ª parcela e após a apresentação de todos os contratos firmados com as empresas beneficiárias dos recursos de Subvenção Econômica selecionadas na Chamada Pública lançada pela **CONTRATADA**, bem como da aprovação do **1º relatório técnico-financeiro da ação transversal XXXX**;

c) **3ª parcela:** no valor de até 25% do total recomendado do plano de trabalho aprovado, representando, R\$ [REDACTED] ([REDACTED]), seis meses após a liberação da 2ª parcela e após a aprovação do **2º relatório técnico-financeiro da ação transversal XXXX**;

d) **4ª parcela:** no valor de até 25% do total recomendado do plano de trabalho aprovado, representando, R\$ [REDACTED] ([REDACTED]), seis meses após a liberação da 3ª parcela e após a aprovação do **3º relatório técnico-financeiro da ação transversal XXXX**

**1.4.1 -** Para o desembolso dos recursos, a **CONTRATADA** deverá:

- indicar a conta-corrente bancária específica vinculada à movimentação dos recursos, para o desembolso da primeira parcela;
- apresentar Certidão Negativa de Débito (CND) expedida pelo INSS; e
- apresentar Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**1.5. CONTRAPARTIDA:** a **CONTRATADA** se compromete a contribuir com recursos próprios no valor de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a título de contrapartida, para serem aplicados nos Projetos selecionados para receber recursos de Subvenção Econômica (Cláusula Segunda, item 2.1).

**1.5.1.** O aporte dos recursos de contrapartida pela **CONTRATADA** dar-se-á de acordo com os prazos estabelecidos no Plano de Trabalho aprovado pela **FINEP**.

**(CLÁUSULA OPCIONAL, CONSOANTE O INTERESSE DO ARRANJO JURÍDICO PROPOSTO, QUALIFICANDO E EXPLICITANDO AS ATRIBUIÇÕES DOS INTERVENIENTES, ITEM 1.5, 1.5.1, 1.5.2, ETC...)**

**1.5 – A CONTRATADA** para consecução dos objetivos deste instrumento contará com o apoio das instituições, abaixo qualificadas, **denominadas INTERVENIENTES**\_\_\_\_\_, as quais desenvolverão atividades técnicas e operacionais de suporte e aportarão recursos em complementação aos recursos de subvenção econômica, nos seguintes termos:

**1.5.1-**

.....

**1.5.2-**

.....

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONTRATO**

**2.1 – O CONTRATADO** se obriga, ainda, a conceder os recursos de subvenção econômica, precedido de instrumentos convocatórios, a serem aprovados pela FINEP antes de sua divulgação, que deverão seguir os requisitos contidos no Anexo 1 deste instrumento - Manual de Operação do TECNOVA, em especial no que diz respeito a:

- a) Objetivo;
- b) Elegibilidade;
- c) Etapas do processo de seleção;
- d) Recursos financeiros a serem concedidos;
- e) Características gerais da proposta, tais como limites de participação da **FINEP**, contrapartida e itens apoiáveis;
- f) Critérios de apresentação, seleção e aprovação das propostas apresentadas;
- g) Disposições gerais;

h) Conceitos.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZOS**

3.1 - O prazo de utilização dos recursos de subvenção econômica de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) **meses**, contados da data de assinatura deste instrumento, findo o qual as parcelas não utilizadas serão automaticamente canceladas, devendo ser devolvidos à **FINEP**.

3.2 - O relatório técnico final e as demonstrações financeiras deverão ser apresentados até 90/180 (noventa/cento e oitenta) dias após o término do prazo de prestação de contas do último projeto financiado pelo **CONTRATADO**, quando deverá ser apresentado também o demonstrativo de utilização dos recursos complementares.

## **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES**

### **4.1- OBRIGAÇÕES DA FINEP**

A **FINEP** se obriga a:

- a)** transferir os recursos financeiros e realizar a classificação funcional-programática e econômica das despesas relativas a exercícios futuros, por meio de apostilamento de empenhos ou notas de movimentação de crédito;
- b)** formalizar em documento próprio, contendo o registro dos respectivos empenhos ou notas de movimentação de crédito, os recursos financeiros alocados em exercícios futuros, os quais correrão à conta dos orçamentos respectivos;
- c)** prorrogar, de ofício, os prazos deste **CONTRATO**, quando houver atraso no desembolso dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de tempo correspondente ao do atraso verificado;
- d)** analisar e emitir parecer sobre o instrumento convocatório apresentado pelo **CONTRATADO** para fins de seleção de projetos aptos ao recebimento de Subvenção Econômica;
- e)** analisar e emitir parecer sobre os aspectos técnicos e financeiros das demonstrações financeiras apresentadas pelo **CONTRATADO**;

- f) decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos por este **CONTRATO**;

#### **4. 2 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O **CONTRATADO** se obriga a:

- a) manter a **FINEP** sempre informada de todos os detalhes da execução do presente **CONTRATO**;
- b) realizar aplicação financeira com os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, em fundo de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal;
- c) utilizar os recursos desembolsados pela **FINEP**, bem como os rendimentos das aplicações financeiras, exclusivamente na execução do objeto do presente **CONTRATO**;
- d) aportar recursos próprios a título de contrapartida, conforme descrito no item 1.5 da Cláusula Primeira;
- e) obedecer às regras do Manual de Operação do Programa TECNOVA;
- f) apresentar para aprovação da **FINEP** o instrumento convocatório a ser lançado para a seleção de Projetos que receberão recursos de Subvenção Econômica;
- g) manter em arquivo exclusivo disponível para a **FINEP**, pelo prazo de cinco anos, registros financeiros e contábeis e demonstrativos financeiros referentes aos recursos transferidos por este instrumento, de acordo com as normas estipuladas na legislação em vigor e no presente **CONTRATO**, adequados para o acompanhamento e avaliação financeira da utilização dos recursos;
- h) remeter, dentro de 30 (trinta) dias, contados das respectivas alterações, as informações relativas à mudança de seus atos constitutivos e de designação de novos representantes legais;
- i) restituir à **FINEP**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão, rescisão ou extinção deste Contrato, o eventual saldo financeiro remanescente, inclusive o valor atualizado dos rendimentos de aplicação financeira;
- j) restituir à **FINEP**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação expedida pela **FINEP**, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data do seu recebimento, quando:
  - (i) não for executado o objeto pactuado;
  - (ii) não forem apresentadas, nos prazos exigidos, os demonstrativos financeiros e/ou de execução física;
  - (iii) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste **CONTRATO**.
- k) afixar, destacadamente, em lugar visível de seu estabelecimento e em todos os materiais de divulgação resultantes da execução do **PROJETO, O APOIO**

**FINANCEIRO DO MCT/FINEP, COM RECURSOS DO FNDCT – PROGRAMA TECNOVA**, através de placa conforme modelo, dimensão e inscrição, constantes na página da **FINEP** na *internet* (<http://www.finep.gov.br>), especialmente no caso de:

- (i) seminários e eventos científicos e tecnológicos;
  - (ii) publicações técnicas e científicas em revistas especializadas;
  - (iii) relatórios técnicos e resumos publicados ou divulgados em qualquer meio, inclusive magnético ou eletrônico.
- l) caso haja divulgação do **PROJETO** via *internet*, inserir um ícone com o logotipo da **FINEP**, que faça o *link* para acesso à página da **FINEP**;
- m) responder a qualquer solicitação de informação que a **FINEP** lhe fizer, por carta, no prazo de até 30 (trinta) dias contados dessa solicitação, sobre o andamento dos trabalhos ou o resultado do **PROJETO**, independentemente da fiscalização a ser exercida pela **FINEP**;
- n) assegurar à **FINEP** os mais amplos poderes de fiscalização referentes à execução do presente **CONTRATO**, tanto em relação à aplicação dos recursos da subvenção econômica, quanto em relação à aplicação dos recursos de contrapartida;
- o) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste **CONTRATO**;
- p) nomear representante(s) que atue(m) como contato para quaisquer comunicações com a **FINEP**;
- q) acompanhar o atingimento dos marcos de acompanhamento dos projetos objeto de financiamento;
- r) colaborar com a **FINEP** em auditorias por ela realizadas sobre o cumprimento deste **CONTRATO**;
- s) receber, classificar e armazenar o original da documentação enviada pelas empresas solicitantes de financiamento;
- t) manter em sigilo, as informações e dados encaminhados pelas empresas, sendo seu acesso somente permitido aos profissionais da **FINEP** e do **CONTRATADO** designados para a realização da respectiva análise;
- u) manter permanentemente todos os requisitos de habilitação previstos no Instrumento Convocatório nº **MCT/FINEP – XXXXXXXXXXXX**, da **FINEP**.

#### **4.3 - OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES (Caso existam)**

## **CLÁUSULA QUINTA - RELATÓRIO TÉCNICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**5.1- O CONTRATADO** se obriga a apresentar à **FINEP**, antes da liberação das parcelas subseqüentes à primeira, os seguintes documentos:

- a) demonstrativo de utilização dos recursos transferidos pela **FINEP** no valor correspondente ao que foi liberado pela FINEP na parcela anterior, conforme descrito no item 1.4 da Cláusula Primeira;
- b) comprovação da utilização de recursos complementares, de acordo com o previsto no Plano de Trabalho;
- c) relação dos desembolsos, com a indicação das empresas e dos projetos aprovados e contratados;
- d) demonstrativo da utilização dos recursos recebidos a título de transferência e dos rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, bem como os saldos respectivos e dos recursos complementares.

**5.2 -** As obrigações assumidas no presente Contrato somente serão consideradas cumpridas após a aprovação pela **FINEP** do relatório técnico final e da demonstração financeira final.

## **CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS**

**6.1 -** É vedado o aditamento deste Contrato com o intuito de alterar seu objeto, entendida como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida na proposta apresentada e aprovada pela **FINEP**.

**6.2 – O CONTRATADO** (e os **INTERVENIENTES**) reconhece(m) a autoridade normativa da FINEP para exercer o controle e a fiscalização sobre a execução deste CONTRATO, reorientar ações e acatar, ou não, justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS DOS RECURSOS**

**7.1 - Sem prejuízo da denúncia ou rescisão do presente CONTRATO, a FINEP poderá suspender os desembolsos dos recursos nas seguintes hipóteses:**

- a)** aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o presente instrumento;
- b)** inexatidão nas informações prestadas à **FINEP** pelo **CONTRATADO**, durante a execução deste **CONTRATO**;
- c)** paralisação das atividades do **CONTRATADO**;
- d)** outras circunstâncias que, a juízo da **FINEP**, tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pelo **CONTRATADO** das obrigações assumidas no presente **CONTRATO**;
- e)** inadimplemento, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer obrigação assumida neste **CONTRATO**;

## **CLÁUSULA OITAVA - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

**8.1 - Será instaurada Tomada de Contas Especial pelo ordenador de despesas da FINEP ou, na sua omissão, por determinação do Controle Interno ou do Tribunal de Contas da União, para identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando ocorrer o seguinte:**

- a)** não apresentação de relatório técnico e de demonstrações financeiras no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação que lhe for encaminhada pela FINEP;
- b)** não aprovação de relatório técnico e de demonstrações financeiras, em decorrência de:
  - não execução do objeto pactuado;
  - atingimento parcial dos objetivos avençados;
  - desvio de finalidade;
  - impugnação de despesas;
  - não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.
- c)** ocorrência de qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

**8.2 - A Tomada de Contas Especial será procedida pelo órgão encarregado da contabilidade analítica da FINEP.**

## **CLÁUSULA NONA - PUBLICAÇÃO**

A eficácia deste Contrato e de seus eventuais aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela **FINEP** até 30 dias contados da assinatura deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E EXTINÇÃO**

**10.1** - O presente **CONTRATO** entra em vigor na data da sua assinatura e durará até 36 (trinta e seis meses) da data da assinatura deste contrato.

**10.2** – Este **CONTRATO** poderá ser rescindido a qualquer tempo, em caso de infringência de quaisquer de seus dispositivos, imputando-se às partes a responsabilidade pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**10.3** - Este **CONTRATO** estará automaticamente rescindido nas seguintes hipóteses: i) a qualidade das pré-qualificações e pareceres do **CONTRATADO** for considerada inadequada; ii) reiterada infringência, ou grave infringência, das regras deste **CONTRATO**.

**10.4** – Qualquer das partes poderá rescindir este **CONTRATO**, imotivadamente, desde que observado o prazo de aviso prévio de 90 (noventa) dias e que a manifestação se dê por escrito.

**10.5** – As partes se comprometem a colaborar uma com a outra perante as empresas e perante terceiros em geral em razão de compromissos em vigor ao tempo da expiração, rescisão ou rescisão deste **CONTRATO**, inclusive em relação ao acompanhamento de projetos objeto de financiamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

**11.1** - Aplica-se ao presente instrumento a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, o Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e demais atos normativos pertinentes.

**11.2** - Aplica-se, ainda, as normas de Direito Financeiro e, subsidiariamente, no que couber, as normas referentes à concessão de subvenção social, bem como as normas de Direito Administrativo.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

O atraso ou abstenção, pela **FINEP** do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente **CONTRATO**, ou a eventual concordância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, não implicarão qualquer novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da **FINEP**.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO DO CONTRATO

As partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro para solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato, ressalvado à **FINEP** o direito de optar pelo foro de sua sede.

As folhas deste Contrato são rubricadas por \_\_\_\_\_, inscrito na OAB/RJ sob nº \_\_\_\_\_, advogado(a) da **FINEP**, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em **X** \_\_\_\_\_ vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro,

Pela **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

Pelo **CONTRATADO**:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**INTERVENIENTE(S):**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO II**  
**Relatório Consolidado das Empresas Contratadas**

## RELAÇÃO E PLANO DE TRABALHO DAS EMPRESAS

I - Apresente um **quadro com a relação das empresas contratadas** com as seguintes informações:

- **Nome da empresa**
- **Porte**
- **Município (conforme IBGE)**
- **Objetivo Resumido**
- **Valor Contratado**
- **Valor de Contrapartida**

II - Apresente um quadro com a consolidação do percentual de realização do Plano de Trabalho das **empresas contratadas**, no que se refere às atividades previstas **na etapa de contratação até o momento**. As empresas devem ser ordenadas da seguinte forma:

% de conclusão do Plano de Trabalho	Nº de empresas que atingiram este % de cumprimento do Plano de Trabalho	Nº de empresas contratadas	% de empresas que cumpriram com esta meta
<b>80% ou mais</b>			
<b>Entre 60% e 80%</b>			
<b>Menos que 60%</b>			

III - O agente operacional deverá construir um quadro consolidado, assinalando o percentual de empresas que tiveram seus relatórios técnicos parciais aprovados e, conseqüentemente, a liberação da **segunda, terceira e quarta** parcelas aprovadas.

Parecer sobre a liberação da Xª parcela de Recursos	Nº de empresas que obtiveram este parecer	Nº de empresas contratadas	% de empresas que obtiveram este parecer
<b>Recomendado</b>			
<b>Recomendado com ressalvas</b>			
<b>Não recomendado</b>			

**ANEXO III**  
**Relatório / Tabelas de Itens de Controle**

Abaixo encontram-se as tabelas que comporão o relatório de itens de controle que deverá ser encaminhado à FINEP semestralmente. As planilhas a serem utilizadas com as definições dos indicadores se encontram no sitio da FINEP.

## I. Captação & Fomento

### Programa TECNOVA



Parceiro:

### Macroprocesso: Captação e Fomento

	Nome do Item de Controle
1	Nº Ações de Divulgação
2	Nº Empresas Pré-Cadastradas
3	Nº Empresas Inscritas
4	% de Inscrição
5	Abrangência Estadual
6	Nº Empresas Pré-Cadastradas Oriundas de Incubadoras do Estado
7	Nº Empresas Inscritas de Incubadoras do Estado
8	% de Inscrição das Incubadoras do Estado
9	Nº de Parceiros Atuantes na Captação
10	Distribuição % dos projetos Inscritos em relação aos temas estratégicos

#### Lista das Ações de Divulgação:

--

#### Lista de Parceiros Atuantes na Captação:

--

#### Distribuição % dos projetos Inscritos em relação aos temas estratégicos

--

### **Definições:**

- 1 – Nº de Ações de Divulgação:** Avaliar e medir o número de ações de divulgação do programa TECNOVA para captação de empresas (Ex.: Nº de veiculações de notícias, Nº sites c/ destaque TECNOVA, etc.).
- 2 – Nº de Empresas Pré-Cadastradas:** Avaliar e medir o número de empresas que foram pré-cadastradas pelo parceiro decorrente das ações de divulgação realizadas. Essas empresas manifestaram interesse prévio pelo programa.
- 3 – Nº de Empresas Inscritas:** Avaliar e medir o número de empresas que efetivamente se inscreveram no edital do programa TECNOVA.
- 4 - % de Inscrição:** Avaliar e medir a relação entre as empresas efetivamente inscritas no edital e as que manifestaram interesse inicialmente quando se pré-cadastraram.
- 5 – Abrangência Estadual:** Avaliar e medir o alcance do programa no estado de origem do parceiro.
- 6 – Nº de Empresas Pré-Cadastradas Oriundas de Incubadoras de Estados:** Avaliar e medir o nº de empresas pré-cadastradas encaminhadas pelas incubadoras do estado.
- 7 – Nº de Empresas Inscritas de Incubadoras do Estado:** Avaliar e medir o nº de empresas efetivamente inscritas encaminhadas pelas incubadoras do Estado.
- 8 - % de Inscrição das Incubadoras do Estado:** Avaliar e medir a taxa de sucesso da geração de demanda para o programa TECNOVA por parte das incubadoras do estado.
- 9 – Nº de Parceiros Atuantes na Captação:** Avaliar e medir o conjunto de parceiros que atuaram ativamente no processo de captação de empresas.
- 10 – Distribuição % dos projetos inscritos em relação aos temas estratégicos:** Avaliar a distribuição % das empresas em relação aos temas estratégicos nacionais e regionais selecionados.

## II. Avaliação & Seleção

### Programa TECNOVA



Parceiro:

### Macroprocesso: Avaliação&Seleção

	Nome do Item de Controle
1	Nº Empresas Aprovadas
2	% de Aprovação de Empresas
3	Nº de Empresas Reprovadas
4	Distr.Nº de Empresas Selecionadas em Relação à Equipe do Parceiro
5	Distribuição % dos projetos selecionados em relação aos temas estratégicos
6	Nº de pareceristas utilizados no processo de avaliação e seleção
7	Nº de projetos avaliados
8	Nº de projetos aprovados
9	% de Aprovação de Projetos
10	Distr.Nº de Empresas em Relação à Equipe de pareceristas
11	% de Deferimento de Recursos
12	Distribuição % dos projetos aprovados em relação aos temas estratégicos

#### Principais Razões de Desqualificação

#### Relação de Pareceristas Utilizados

#### Distribuição % dos projetos Aprovados em relação aos temas estratégicos

## **Definições:**

- 1 – Nº de Empresas Aprovadas:** Avaliar e medir a quantidade de empresas aprovadas no programa TECNOVA.
- 2 – % de Aprovação de Empresas:** Avaliar e medir a taxa de aprovação , isto é , a relação entre as empresas aprovadas nesta etapa e o total de empresas inscritas.
- 3 – Nº de Empresas Reprovadas:** Avaliar e medir o número de empresas que foram desqualificadas nesta etapa indicando quais as razões de desqualificação.
- 4 – Distr. Nº de Empresas selecionadas em relação à Equipe de Agente Operacional:** Avaliar e medir relação entre a quantidade de empresas selecionadas e o número total de integrantes da equipe do projeto do parceiro para prestar suporte aos mesmos.
- 5 – Distribuição % dos projetos selecionados em relação aos temas estratégicos:** Avaliar a distribuição % das empresas em relação aos temas estratégicos nacionais e regionais selecionados
- 6 – Nº de pareceristas utilizados no processo de avaliação e seleção:** Avaliar o quantitativo de pareceristas utilizados no processo de avaliação & seleção
- 7 – Nº de projetos avaliados:** Número total de projetos efetivamente avaliados pelo parceiro.
- 8 – Nº de projetos aprovados:** Número de projetos aprovados pelo parceiro.
- 9 – % de Aprovação de Projetos:** Avaliar a taxa de sucesso entre o número de projetos aprovados e o número de projetos avaliados pelo parceiro.
- 10 – Distr. Nº de Empresas em relação à Equipe de Pareceristas:** Avaliar a relação per capita entre o número total de projetos avaliados e o de pareceristas utilizados.
- 11 - % de Deferimento de Recursos:** Avaliar e medir a taxa de aprovação dos recursos impetrados.
- 12 – Distribuição % dos projetos aprovados em relação aos temas estratégicos:** Avaliar a distribuição % das empresas em relação aos temas estratégicos nacionais e regionais selecionados.

### III. Contratação

#### Programa TECNOVA



Parceiro:

#### Macroprocesso: Contratação

	Nome do Item de Controle
1	Nº Empresas Contratadas
2	% de Conhecimento Prévio das Empresas Contratadas
3	% de Reprovação
4	Abrangência Estadual
5	% de Contratação em Relação à Meta do Parceiro
6	Distribuição de Empresas Contratadas em relação à equipe do Parceiro

### **Definições:**

- 1 – Nº de Empresas Contratadas:** Medir o número de empresas contratadas pelos parceiros.
- 2 – % de Conhecimento Prévio das Empresas Contratadas:** Monitorar a taxa de empresas conhecidas previamente pelo parceiro.
- 3 – % de Reprovação:** Apurar a quantidade de empresas reprovadas vis-à-vis o número de empresas inscritas no processo seletivo de cada edital.
- 4 – Abrangência Estadual:** Avaliar e medir o alcance do programa no estado de origem do parceiro.
- 5 – % de Contratação em Relação à Meta do Parceiro:** Avaliar o percentual de cumprimento da meta de contratação de empresas obtido pelo parceiro, tendo como parâmetro a meta estabelecida no seu plano de trabalho.
- 6 – Distribuição de Empresas Contratadas em relação à equipe do Parceiro:** Avaliar a capacidade do parceiro de estruturar uma equipe de trabalho em tamanho e qualificação suficientes de forma a atuar com eficiência na fase de contratação das empresas.

#### IV. Acompanhamento Empresas

### Programa TECNOVA



Parceiro:

### Macroprocesso: Acompanhamento/Avaliação das Empresas

	Nome do Item de Controle
1	% de Empresas TECNOVA c/ patamar mínimo de cumprimento do plano de trabalho
2	% de Empresas Beneficiadas por Outros Programas da FINEP antes ou após aprovação no TECNOVA
3	% de Empresas Investidas após TECNOVA
4	% de Crescimento Médio de Faturamento após TECNOVA
5	Nº de Postos de Trabalho Gerados
6	Nº de Patentes e Demais Registros Requeridos por Empresas TECNOVA
7	Taxa de Mortalidade das Empresas TECNOVA
8	Grau de Internacionalização das Empresas TECNOVA
9	Aumento da Base de Produtos
10	Nível de Satisfação das Empresas TECNOVA com os Parceiros

#### Razões da Mortalidade das Empresas

--

## **Definições:**

**1 – % de Empresas TECNOVA c/ patamar mínimo de cumprimento do plano de trabalho:** O objetivo deste indicador é avaliar qual o percentual de empresas que conseguiram completar com sucesso ao menos 80% das atividades previstas em seus respectivos planos de trabalho. (Válido para relatório técnico final e parcial).

**2 – % de Empresas Beneficiadas por Outros Programas da FINEP antes ou após aprovação no TECNOVA:** Avaliar a maturidade das empresas na busca por novas formas de financiamento, especialmente dentre as opções disponibilizadas pela Finep.

**3 – % de Empresas Investidas após TECNOVA:** Identificar o número de empresas TECNOVA que receberam qualquer outro tipo de investimento público ou privado, excetuando a FINEP.

**4 – % de Crescimento Médio de Faturamento após o TECNOVA:** Verificar a variação obtida no faturamento da empresa nos seus primeiros anos de vida (antes e após o TECNOVA).

**5 – Nº de Postos de Trabalho Gerados:** Visa investigar a geração de novos postos de trabalho nas empresas TECNOVA a partir do surgimento do Programa. Período de análise considerado será o da duração do projeto. (data da contratação até a data de aprovação do relatório técnico final)

**6 – Nº de Patentes e Demais Registros Requeridos por Empresas TECNOVA:** Analisar a quantidade de patentes requeridas pelas empresas aprovadas no Programa TECNOVA, de forma a termos uma proxy do número de inovações sendo implementadas. Período de análise considerado será o da duração do projeto. (data da contratação até a data de aprovação do relatório técnico final)

**7 – Taxa de Mortalidade das Empresas TECNOVA:** Medir o percentual de empresas TECNOVA que ao longo do tempo deixaram de existir. Este item de controle deve ser medido ao final de seis meses, doze meses e vinte quatro meses.

**8 – Grau de Internacionalização das Empresas TECNOVA:** Avaliar o movimento de internacionalização das empresas TECNOVA. Este indicador busca avaliar o grau de internacionalização das empresas, buscando participação em feiras, cooperação técnica, joint-ventures, colaboradores estrangeiros, exportações realizadas. Deverá ser encaminhada uma lista com as informações.

**9 – Aumento da Base de Produtos:** Analisar a expansão do portfólio de produtos das empresas TECNOVA. Deverá ser encaminhada uma lista com os novos produtos.

**10 – Nível de Satisfação das Empresas TECNOVA com os Parceiros:** Medir o grau de satisfação das empresas TECNOVA ao final do processo com os parceiros. Será realizada pesquisa com as empresas, com base em questionário a ser enviado.

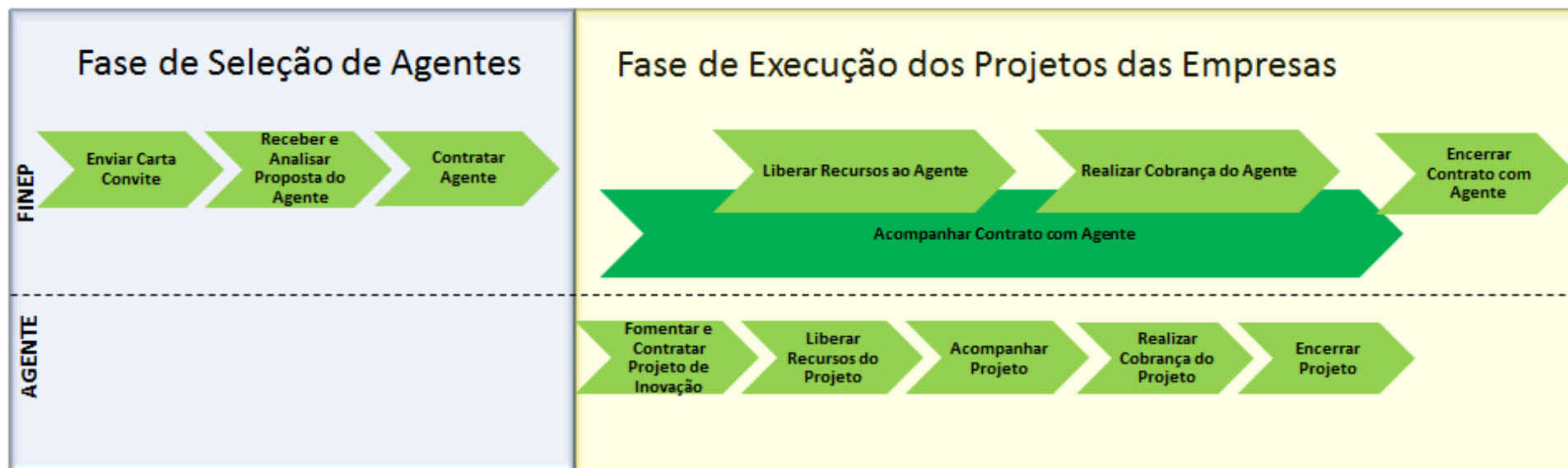


  
**MANUAL**  
**PROGRAMA TECNOVA**

**<código>**  
Rev. 00

Validade: 1 ano

#### **ANEXO IV. Macroprocesso versão resumida - PARCEIROS**







  
**MANUAL**  
**PROGRAMA TECNOVA**

**<código>**  
Rev. 00

Validade: 1 ano

**ANEXO V**  
**DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA**

## **DIRETRIZES DO PROGRAMA DE APOIO À INOVAÇÃO EM MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – TECNOVA**

### **1) Justificativa**

O programa ora proposto procura atender as seguintes estratégias:

- Avançar na descentralização operacional da FINEP, especialmente no que tange às operações de menor porte, contribuindo para o estabelecimento de **parcerias e cooperações** que fortaleçam o Sistema Nacional e os Sistemas Estaduais de Inovação e para o aumento da capilaridade da atuação da empresa
- Possibilitar a maior racionalidade operacional da FINEP, **otimizando e integrando os programas** e instrumentos de apoio da FINEP às micro empresas e empresas de pequeno porte. Com isso será possível implementar num único programa os principais objetivos atualmente obtidos através da execução de cinco diferentes programas, a saber: PRIME, PAPPE SUBVENÇÃO e PAPPE INTEGRAÇÃO, PNI Incubadoras e SUBVENÇÃO NACIONAL para este segmento de empresas.
- **Construir um esquema de parcerias com as instituições atuantes no âmbito estadual para apoio à área de inovação, valendo-se do conhecimento da realidade local, proximidade da demanda e do aporte de recursos estaduais.**
- Focar o apoio da FINEP no financiamento às atividades de pesquisa e desenvolvimento e inovação em empresas de micro e pequeno porte e **articular parcerias** para o apoio complementar no campo da gestão empresarial, por meio de ação conjunta com o Sistema SEBRAE.

### **2) Objetivo**

Criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação, através de recursos de subvenção econômica, para o crescimento rápido de um conjunto significativo de empresas de micro e pequeno porte, com foco no apoio à inovação tecnológica e com o suporte aos Parceiros estaduais.

### 3) Público Alvo

Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

- Serão elegíveis para este programa, apenas as empresas com pelo menos 6 meses de existência na data do lançamento dos editais pelos Parceiros, bem como respeitando o critério de faturamento descrito no objetivo do programa.
- Não serão elegíveis as empresas que já tenham sido aprovadas na SELEÇÃO PÚBLICA MCT/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação – 01/2010 e/ou possuam projetos de subvenção **sem relatórios técnico-financeiros finais aprovados**.

### 4) Parceiros Estaduais

- A FINEP realizará um processo de seleção dos Parceiros estaduais através de chamamento público de âmbito nacional, em que as instituições candidatas serão indicadas pelos respectivos governos estaduais.
- Só será admitida 01 (uma) proposta por Unidade da Federação.
- O programa prevê a possibilidade de participação na qualidade de proponente, executor ou interveniente de órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada sem fins lucrativos que poderá ser representada por Fundação de Apoio, responsável pela execução gerencial, técnica e financeira do projeto.
- Recursos de subvenção econômica à inovação serão repassados às empresas pelos Parceiros estaduais.

- Os Parceiros estaduais terão delegação da FINEP para realizar todas as atividades operacionais inerentes ao processo, incluindo fomento, análise e seleção das propostas, contratação, liberação dos recursos, acompanhamento físico e financeiro com a prestação de contas, assegurando o foco nos projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico.
- Serão repassados pela FINEP recursos do FNDCT para apoio a infraestrutura e organização dos Parceiros estaduais, com o objetivo de capacitá-los para as atividades do programa.

## **5) Recursos Financeiros**

- O programa prevê o repasse aos Parceiros de um montante total de R\$ 190 milhões em subvenção econômica, para financiamento das despesas de custeio das empresas, visando apoio aos projetos de desenvolvimento de produtos e processos inovadores.
- O programa prevê o valor limite total de R\$ 19 milhões para apoio à infraestrutura e organização dos Parceiros (ação transversal FNDCT). Cada proposta dos Parceiros estaduais poderá solicitar até 10% do valor destinado à subvenção às empresas, limitado a R\$ 1,3 milhões para os Parceiros das regiões sudeste ou sul, e de até R\$ 0,9 milhão para os Parceiros das demais regiões, com intuito de apoiar a infraestrutura e a organização desses Parceiros.
- Serão repassados numa primeira liberação 40% do total dos recursos não reembolsáveis do FNDCT, ficando a liberação do restante dos recursos dependentes da apresentação dos contratos firmados com as empresas.

## **6) Parceria com o sistema SEBRAE**

- A FINEP está negociando com o SEBRAE a alocação de R\$ 50 milhões, como recursos adicionais ao programa, que serão empregados através da prestação de serviços para as empresas selecionadas e que tenham necessidade de apoio em capacitação e gestão
- O apoio do SEBRAE será feito em até 18 meses após a contratação das empresas pelos Parceiros.
- O Sistema SEBRAE, na qualidade de patrocinador do programa não poderá ser partícipe do convenio da FINEP com os estados, seja como proponente, executor ou interveniente de qualquer natureza e nem participar na prestação de serviços aos Parceiros.

## 7) Condições Financeiras

### 7.1) Com relação aos Parceiros

- A alocação dos recursos de subvenção a serem repassados para os Parceiros respeitará a seguinte distribuição:
  - Regiões Sudeste e Sul: até R\$ 15 milhões por Unidade da Federação (limitado a 75 projetos)
  - Demais regiões: até R\$ 9 milhões por Unidade da Federação (limitado a 45 projetos)
- As instituições parceiras deverão aportar contrapartida financeira de acordo com a carta de Salvador, tanto para os recursos de subvenção econômica como para os recursos de infraestrutura e organização do programa, a saber:

Grupo A	Valor de Contrapartida
SP	Contrapartida do Estado na proporção de 1 x 1 de aporte do MCTI
Grupo B	Valor de Contrapartida
MG, RJ, RS	Contrapartida do Estado na proporção de 1 x 1,5 de aporte do MCTI
Grupo C	Valor de Contrapartida
AM, PA, CE, PE, BA, PB, DF, GO, GO, MT, MS, PR, SC e ES	Contrapartida do Estado na proporção de 1 x 2 de aporte do MCTI
Grupo D	Valor de Contrapartida
AP, AC, RO, RR, TO, PI, MA, RN, SE e AL	Contrapartida do Estado na proporção de 1 x 3 de aporte do MCTI

### 7.2) Com relação às empresas

- O valor da subvenção a ser concedido para as empresas, com recursos FINEP, será entre R\$ 120 mil e R\$ 400 mil.
- As empresas deverão aportar contrapartida financeira equivalente a 5% do valor recebido como subvenção econômica.
- Os recursos de contrapartida dos Parceiros a serem repassados às empresas poderão contemplar despesas de custeio e **capital**.
- O prazo de execução dos projetos de inovação tecnológica das empresas é de até 24 meses.

## 8) Condições Operacionais

- O edital da subvenção a ser lançado pelo Parceiro deverá prever a alocação de:
  - **pelo menos 40%** dos recursos em temas de subvenção nacional, considerando os setores do Programa Brasil Maior e/ou prioridades da Estratégia Nacional de CTI do MCTI, prioritariamente a saber: **petróleo e gás, energias alternativas, TIC**.
- **até 60 %** dos recursos financeiros serão aplicados em até 05 (cinco) temas ou setores a serem indicados pelos estados.
- Na definição dos critérios de avaliação das propostas de seleção dos Parceiros operacionais descentralizados, os estados das regiões incentivadas deverão ser beneficiados com uma nota de corte para aprovação de seus projetos menor do que aquela definida para as demais regiões. Este procedimento foi estabelecido de forma a atenuar as diferenças regionais quanto ao valor dos PIB's, grau de estruturação e maturidade dos sistemas estaduais de C,T&I. (vide tabela abaixo)

REGIÕES	NOTA DE CORTE (SELEÇÃO DAS PROPOSTAS DOS ESTADOS)
SUL, SUDESTE	3,5
INCENTIVADAS: N, NE, CO	3,0

## 9) Sobre o processo operacional/instrumentos contratuais

- O processo se dará em duas fases principais:
  - 1) Seleção e contratação dos Parceiros (acordo de cooperação financeira), com validade de até 48 meses.
  - 2) Seleção e contratação das operações de subvenção pelos Parceiros operacionais descentralizados (contratos), com validade de até 36 meses.

## 10) Metas do Programa

- Contratação de no mínimo 800 empresas inovadoras

## **11) Base legal:**

### **Decreto 5563/05**

**Artigo 20, §7º** “ A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP estabelecerá convênios e credenciará agências de fomento regionais, estaduais e locais, e instituições de crédito oficiais, visando descentralizar e aumentar a capilaridade dos programas de concessão de subvenção às microempresas e empresas de pequeno porte”.

**ANEXO VI**  
**GLOSSÁRIO**

## **GLOSSÁRIO – Parte I**

Para efeitos deste Manual, considera-se:

- **Agência de fomento:** Órgão ou instituição de natureza pública ou privada, que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover a ciência, a tecnologia e a inovação.
- **Contrapartida:** Recursos financeiros ou não (bens e serviços economicamente mensuráveis), aportados no projeto para desenvolvimento de atividades relacionadas ao mesmo, exclusivamente pelos beneficiários da subvenção.
- **Despesas de Custeio:** São de custeio as despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos obrigatórios previstos na legislação trabalhista, bem como despesas com obras de conservação e adaptação de bens imóveis, destinados ao desenvolvimento do projeto.
- **Empresa Nacional:** Empresa organizada de conformidade com a lei brasileira e que tenha a sede de sua administração no país.
- **Inovação tecnológica:** a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado;
- **MEEPPs:** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte
- **Parceiro:** Agente Selecionado conforme autorização do art.20, parágrafo 7º do Decreto 5563/2005 para operar a descentralização dos recursos de subvenção econômica no âmbito do estado em que for selecionado.

- **Subvenção econômica:** Recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de produtos e processos inovadores, nos termos da Lei no 10.973, de 02/12/2004, regulamentada pelo Decreto no. 5.563, de 11/10/2005.

## **PARTE II – SUBVENÇÃO ECONÔMICA DESCENTRALIZADA**

**Nota: Será encaminhada por ocasião da assinatura do contrato de transferência de recursos de subvenção**